

PORTUGAL DEMOCRATICO

ANO VIII — N.º 75 — SÃO PAULO, SETEMBRO DE 1963 — Redação: RUA CONSELHEIRO FURTADO, 191 S/2 — CAIXA POSTAL N.º 4.469

DOS PORTUGUESES DA AMERICA AOS POVOS PARLAMENTOS E GOVERNOS DO CONTINENTE



Nas ruas do Porto o povo manifestou-se pela Liberdade, pela Democracia e pela Paz numa gigantesca concentração durante a campanha eleitoral de 1958. É em manifestações como essa, espontaneas e autenticas, que as massas populares exprimem os seus sentimentos e jamais em ATOS PUBLICOS promovidos e organizados pelo fascismo, como os que Salazar vem montando desde o seu ultimo discurso, no vão intuito de mistificar a opinião pública mundial.

O DESESPERO DE SALAZAR

PORTUGAL DEMOCRATICO chama de modo particular a atenção dos seus leitores para o documento inserto nesta página: a Declaração dos Democratas Portugueses da America aos Povos, Parlamentos e Governos do Continente. Trata-se efetivamente de uma importante iniciativa tomada pela emigração democratica. E' a resposta adequada dos democratas portugueses que se encontram deste lado do Atlantico à hipocrisia e à duplicidade salazaristas. No seu discurso de 12 de agosto, dirigindo-se à opinião publica mundial, o velho ditador pretendeu fazer crer que o povo português aprovava a sua politica colonialista e insinuou que a Nação seria consultada a tal respeito. O documento que publicamos acima é a resposta a esse falso desafio. O fato de Salazar jamais ter pensado em promover qualquer referendum não invalida o merito da iniciativa dos democratas portugueses. De um lado, ela vem desmascarar perante a opinião publica internacional a manobra do chefe do fascismo português; de outro, constitui mais uma prova da unidade que hoje liga entre si os nucleos da emigração democratica espalhados pelo Novo Mundo.

Parece, aliás, que Salazar levado pelo desespero foi longe demais. Se o seu discurso já revelara ao mundo o desequilibrio emocional de um ditador medieval, os comícios promovidos pelo governo em Luanda, Bissau, Lourenço Marques e, sobretudo, o de Lisboa, não só se revelaram ostensivamente pré-fabricados como vieram confirmar a tendencia do chefe fascista para reagir doravante com insultos e provocações aos povos que defendem o direito a auto-determinação das populações da Guiné, Angola e Moçambique. As grosseiras injurias dirigidas ao governo brasileiro no "meeting" do dia 27 não iludiram ninguém sobre os sentimentos do povo português; mas levantaram no Brasil uma justa onda de indignação contra o fascismo salazarista. E' dessa forma que Salazar consulta a Nação e exprime os seus sentimentos.

Resta agora que o apelo dos Democratas Portugueses da America seja ouvido por aqueles a quem se dirige. E' preciso que a opinião publica deste Continente, através dos seus representantes faça pressão em Lisboa, forçando Salazar a desmascarar-se ainda mais, completamente.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

1. Em seu último discurso, proferido em Lisboa no dia 12 de agosto p.p., o ditador Salazar declarou ver toda a vantagem em que o povo português "se pronuncie em ato solene e público sobre o que pensa da politica ultramarina que o governo tem prosseguido".

2. Estão os setores mais responsáveis da opinião pública mundial plenamente esclarecidos da natureza daquela politica. Basta lembrar que a campanha de repressão desencadeada em março de 1961 no norte de Angola fez mais de 100.000 vítimas e forçou cerca de 300.000 naturais das regiões devastadas a procurar refugio no vizinho Congo; que o próprio governo de Lisboa reconheceu já ser de guerra a situação existente na Guiné dita portuguesa, onde, diariamente, a Força Aérea salazarista bombardeia as povoações libertadas pelos combatentes nacionalistas; que, para esmagar os anseios de liberdade e independência nacional de 11 milhões de angolanos, moçambicanos e guineenses, o governo de Salazar mantém nas três colônias forças militares cujos efetivos ascendem, no conjunto, a cerca de 100.000 homens.

3. Nenhum povo do mundo pode aprovar uma politica de genocídio colonial como é a do ditador Salazar. E o povo português, que luta pela sua própria libertação do jugo fascista que o oprime, menos ainda do que qualquer outro povo poderia opôr-se à liberdade nacional de outros povos. O povo português tem dado, com efeito, especialmente nestes últimos dois anos, sobejas provas do seu repúdio da politica colonialista do governo de Salazar. A esta conclusão, conduzem o alto número de incidentes verificados nas unidades expedicionárias antes do seu embarque para os territórios coloniais; as deserções também em número crescente de soldados e oficiais; as manifestações de protesto da população contra o envio de mais tropas para as colônias; e, finalmente, as detenções de muitas centenas de democratas efetuadas pela policia politica salazarista tanto em Portugal como nas colônias, com o propósito de prevenção de mais manifestações anti-colonialistas.

4. É esta generalizada oposição do povo português à politica colonialista do fascismo português, aliada ao crescente isolamento internacional deste, que levou, precisamente, o ditador Salazar a fingir que admite a ideia de uma consulta popular sobre a sua politica colonial ou a de submeter esta a um referendum popular, como tentativa de confundir — mais do que a opinião pública portuguesa — os setores menos esclarecidos da opinião pública mundial. O ditador, porém, expressou-se por forma propositalmente ambigua, de maneira a poder facilmente abandonar a tese da consulta popular no momento em que eventualmente venha a achar preferível não a levar a efeito.

5. Estamos certos de que a realização de uma consulta à Nação sobre a politica colonial-fascista de Salazar só poderá conduzir à vitória dos anseios de todo o povo português da Paz e Liberdade para as colônias. Encontrando-se porém, Portugal submetido a um regime fascista, que considera como crime de traição à Pátria a defesa pública do direito à independência das colônias portuguesas, tor-

(Continua na página 6)

A emigração e o levantamento nacional Por um plebiscito imediato!

M. SERTORIO

MIGUEL URBANO RODRIGUES

"Todos os portugueses desejam que chegue bem depressa a hora do levantamento nacional contra a ditadura, a hora em que as massas populares, os soldados, os oficiais patriotas, a juventude — com as armas que têm nas mãos e aquelas que saberão encontrar e fazer mudar de mãos — travarão a batalha decisiva e final contra o governo de Salazar".

Estas palavras, que exprimem o que é hoje a maior aspiração coletiva do povo português, foram recentemente pronunciadas por Alvaro Cunhal, secretário geral do Partido Comunista Português, em entrevista concedida à Rádio Portugal Livre. E não se proferiu aquele dirigente da Oposição para repetir aquilo que constitui já um lugar comum, mas sim a fim de chamar a atenção para o fato de esse desejo de todas as forças democráticas portuguesas ser uma coisa e a realidade outra. "Não estão ainda criadas — lembrou — as condições para o levantamento nacional, para a insurreição popular vitoriosa contra o regime de Salazar".

Alvaro Cunhal tem razão. Não é pessimista, mas simplesmente realista. Não existe ainda em Portugal uma situação revolucionária. Ignorá-lo ou — o que é pior — fingir esquecê-lo — traduz-se num deserviço ao povo português. A verificação de condições objetivas extremamente favoráveis à derrubada da ditadura vem criando no espírito de numerosos patriotas ilusões mais ou menos nocivas. Todos sabemos que Salazar não tem saída possível; que a situação gerada pela guerra colonial está arastando o País a um desastre de proporções imensas; que o isolamento do fascismo no plano internacional aumenta dia a dia; que a repressão inhumana da PIDE revolta toda a Nação; que as condições de vida da maioria dos portugueses se agravam incessantemente; que no seio das Forças Armadas é cada vez mais acentuado o repúdio a uma guerra criminosa que mereceu já a condenação universal. Tudo isso não obsta, porém, a que a organização do movimento democrático esteja bastante atrasada não correspondendo ao panorama de desagregação oferecido pelo regime. Dal uma impaciência e um desespero crescentes que, como diz Alvaro Cunhal, são maus conselheiros em política.

O fenómeno é particularmente saliente no seio da emigração democrática a qual se apresenta como reflexo e complemento do mapa humano e político da frente interior. Se é legítimo que a palavra de ordem do levantamento nacional encontrou entre os núcleos de emigrados, desde a primeira hora, a melhor receptividade, diríamos mesmo a mais entusiástica adesão, não é menos verdade que a unanimidade desaparece quando cada um entra no campo exegético, criando formulas, soluções e interpretações desvinculadas da realidade.

O afastamento do terreno onde se fere a luta contribui de modo decisivo para levar muitos emigrados a esquecer um fato fundamental: por mais enfraquecido que esteja o regime de Salazar, ele não cairá nem espontaneamente nem mercê de iniciativas isoladas deste ou daquele grupo, de democratas. Posta de lado a hipótese de um golpe que não resolveria o problema, pois o fascismo sem Salazar não é solução que interesse ao povo português, a única via para a derrubada do regime é a que passa pela ação das forças democráticas, desencadeada no interior através da intensificação e da elevação a um nível superior das lutas das massas operárias e camponesas, e dos estudantes, dos intelectuais e dos militares democráticos. Só essa luta permanente, ampliada e heroica criará a situação revolucionária imprescindível ao levantamento nacional, à almejada insurreição popular que libertará Portugal.

Nessas condições, a idéia da transferência para o Exterior da direção do combate ao fascismo é um completo absurdo. Sem de modo algum minimizarmos o significado do fato de residirem no estrangeiro algumas das mais destacadas personalidades da Oposição, entendemos que toda a tentativa feita no sentido de deslocar de dentro para fora o comando e as responsabilidades da luta se traduzi-

ria num prejuízo para o fortalecimento da unidade e da organização das forças democráticas, atrasando, portanto, no seu conjunto, o processo que conduzirá ao levantamento nacional. A Conferência de Dezembro de dirigentes da Oposição manifestou-se de maneira explícita a esse respeito. A iniciativa da criação de uma Comissão Delegada da Junta Patriótica Central, a instalar no Exterior, veio confirmar o caráter complementar atribuído às atividades desenvolvidas e a desenvolver pelos democratas que se encontram no estrangeiro. Se é fato que a frente interna e externa são segmentos de uma mesma frente — a Frente Patriótica de Libertação Nacional — não é menos verdade que todo o trabalho da segunda deve ser subordinado às necessidades e à orientação superior da primeira. Só assim, de um lado, poderá a Comissão Delegada cumprir as suas tarefas específicas, como coordenadora da atividade do estrangeiro da Frente Patriótica de Libertação Nacional e, de outro, criarem-se as condições mais favoráveis à mobilização no plano internacional de todas as vontades e meios de ação susceptíveis de serem postos a serviço da causa da unidade anti-fascista. Nunca como agora os democratas emigrados tiveram tantas responsabilidades, na medida em que se ampliou extraordinariamente a receptividade ao trabalho de denúncia do fascismo e se abriram novas perspectivas de ajuda aos combatentes da frente interna. Entretanto, nunca também se tornou tão necessária a exata compreensão do alcance e dos limites do papel que cabe à emigração política.

Há no estrangeiro democratas que, premiados pela impaciência, desejariam ver transformado esse papel, elevando-o ao nível superior das iniciativas que cabem à frente interna. Ora, se tal acontecesse, assistiríamos ao esfacelamento puro e simples da unidade, com uma minoria a tentar impor de fora as suas soluções ao interior, isto é, ao povo português.

Trinta e sete anos de fascismo explicam a impaciência e o desespero embora de nenhum modo justifiquem a utopia e o sonho. Não tenhamos medo das palavras. As teses da ação direta e exercida de fora para dentro encontram um favorável terreno de germinação no espírito de certos democratas que perderam há muito o contato com a realidade portuguesa. Ora, como lembra Alvaro Cunhal em seu lucido depoimento, "a experiência da luta revolucionária mostra não haver perigo maior para os partidos políticos do que tomarem os desejos por realidades". A idéia de um desembarque de comandos como estopim de um levante geral da Nação não é menos irreal do que a do domínio e defesa de uma parcela do território metropolitano. Mais ingenua ainda é a convicção de que bastaria distribuir armas ao povo para que a insurreição vitoriosa fôsse um fato consumado.

A longa e gloriosa luta sustentada pelos patriotas argelinos contra o poderoso aparelho militar francês e, sobretudo, a gesta heroica de Fidel Castro criaram nos últimos anos, em todo o mundo, ilusões em muitos espíritos, perturbando mesmo a frieza de análise de homens que habitualmente nada têm de românticos.

Não cabem neste artigo a enunciação e o estudo dos motivos que tornam inaplicáveis ao caso português quaisquer soluções do tipo das que permitiram — aliás extremamente diferentes entre si — a libertação dos povos da Argélia e de Cuba, mas é por demais evidente que nenhum paralelismo existe entre a realidade objetiva portuguesa e as condições vigentes nesses países ao tempo do desencadeamento da luta libertadora.

Só há Continente onde a revolução fidelista tenha despertado um fervoroso desejo de emulação e certamente a América Latina. Em nenhum outro, entretanto, tem sido tão caro o preço pago pelos patriotas que romanticamente, em vários países, se esforçaram por replicar um processo cuja excepcionalidade — ao menos na forma — parece estar acima de discussão. A criação de focos de guerrilhas ou os ataques de comandos, quer o cenário seja o Peru ou o Equador transformado em quintal do imperialismo, a Nicarágua dos

Somoza ou a Guatemala da United Fruit, tem conduzido, invariavelmente ao mesmo resultado: o mais melancólico dos malogros!

Sabemos que não faltam na emigração portuguesa homens de decisão e de coragem com todas as demais virtudes inerentes ao povo que produziu os desbravadores do planeta. A eles se reunem agora, em numero cada vez maior soldados e oficiais que desertaram do Exército de África e ardem no desejo de provar a sua bravura e o seu patriotismo. Compreendemos que sofram como portugueses com o atraso verificado na preparação das forças democráticas, mas seria desastroso que, levados pela impaciência e pela noosea, enveredassem pelo caminho do individualismo e do aventureirismo.

A epopeia do "Grana" merece a admiração comovida de todos os democratas do mundo. Isso não impede que qualquer tentativa de a tomar como modelo ou fonte de inspiração para o caso português seja censurável. Com uma agravante, em relação aos imitadores latino-americanos. Nesse Continente permanece viva a lembrança das façanhas sobre-humanas da época romântica da Independência quando um Bolívar e um San Martín galgavam os Andes à frente dos seus Exércitos...

Uma iniciativa semelhante, em Portugal, não seria apenas um gesto suicida, de heroísmo inútil. Ela viria atrasar e prejudicar os modos mais diversos o amadurecimento do processo insurrecional. O mesmo se pode dizer em relação ao terrorismo.

Já alimentámos — não o escondemos — a ilusão de que os emigrados poderiam desempenhar um papel decisivo na derrubada do fascismo. Foi de resto por estarmos convencidos disso que, obedecendo a um imperativo de coerência, corremos em Janeiro de 1961 a juntarmos em pleno Atlântico aos comandos de Henrique Galvão e Carlos Junqueira que haviam capturado o "Santa Maria" e com eles partilhámos os últimos e febrilantes dias da aventura. E não nos envergonhamos hoje de fazer mea culpa.

A melancólica verdade é que não se definiu até agora em Portugal uma situação revolucionária. Fazemos uma vez mais nossas as palavras de Alvaro Cunhal: "existem ainda importantes fraquezas na organização das forças democráticas, nas ações populares de massas, na unidade de ação das forças que se opõem ao regime".

Significa isso que não seja correta a tese da insurreição nacional? De modo algum. É a única que corresponde às necessidades do momento histórico português. Mas há que distinguir. Importa estabelecer a diferença entre as várias fases e as várias tarefas ligadas ao problema do levantamento nacional. O atraso que se nota em todos os setores impõe a maior cautela, a fim de que decisões precipitadas não inutilizem o trabalho já realizado. Em primeiro lugar, importa salientar que a aceitação da idéia da insurreição está longe de significar o reconhecimento do seu caráter de necessidade imprescindível por parte de quantos a admitem. Numa palavra: a criação das condições indispensáveis ao êxito do levantamento nacional condiciona e precede todo o processo de preparação da insurreição armada. Confundir uma coisa com a outra é dar provas de falta de espírito revolucionário. As debilidades existem. Não podemos ignorá-las. Encontramo-las na Unidade, na Organização, na Mobilização Popular. Temos de vencê-las, de eliminá-las e não de passar por cima delas levemente para nos dedicarmos a tarefas que supõem a existência de uma realidade objetiva e subjetiva diferente. A insurreição, como diziam Marx e Engels, é uma Arte. E o artista não pode ser apressado, sob pena de estragar a sua obra.

Não se fabrica uma insurreição, como não se fabrica uma revolução. Ambas são o resultado de processos que a elas conduzem e as tornam possíveis. A Revolução, a excelente definição de Lenin, é a ruptura violenta da superestrutura política antiquada cujo antagonismo com as novas relações de produção provocou em determinado altura o seu afundamento. No caso português, ela passará pela

O processo da libertação nacional iniciou-se já, com a disposição de muitos anti-fascistas de se oporem com a violência à violência da engrenagem salazarista. A duração, maior ou menor, desse processo de libertação depende da amplitude e grandesa das ações revolucionárias que forem levadas a efeito; depende da unidade, organização e coragem dos patriotas de vanguarda; e depende, especialmente, do caráter justo e planificado dessas ações revolucionárias. Mas as revoluções não se fazem só com quadros e muito menos com quadros de costas voltadas para as massas. Ao contrário, a ação das massas é o único suporte — material, político e moral — dos quadros revolucionários.

Se sabemos hoje que só pela violência será derrubado o fascismo salazarista, temos de ter bem presente que o surto do choque violento e decisivo entre as forças populares e as da repressão e defesa do fascismo tem de ser preparado por amplas mobilizações de massas.

Ora, admitiu o ditador, no seu último discurso, que o povo português fosse ouvido, em ato solene e público, sobre a política colonial do salazarismo. Já sabemos qual a espécie de ato solene e público tido em vista por Salazar: as manifestações de rua orquestradas pelos seus agentes, com que pretende confundir os setores mais conservadores da população portuguesa e ludibriar a opinião pública mundial.

É aos democratas portugueses, no entanto, que cabe lutar pela realização imediata de uma verdadeira consulta popular, sob a forma de plebiscito, a respeito da política fascisto-colonial do governo. Todo o povo português deve ser mobilizado para fazer ouvir a sua voz sobre o assassinio dos povos das colônias e o suicídio do próprio povo português, implicados pela política salazarista.

A realização de uma consulta popular deve ser arrancada ao governo, como resultado de uma ampla campanha nacional e internacional.

Mas o fascismo salazarista não pode tornar a troçar do povo, como fez em 1958, ao roubar os votos que elegeram o General Humberto Delgado para a presidência da República. E para que isso não suceda de novo, não bastará, evidentemente, lutar pela realização do plebiscito e a ele acorrer para depositar

Comunicado

Dos Portugueses Livres do Marrocos recebemos com o pedido de publicação o seguinte comunicado:

"Avisam-se todos os núcleos, movimentos e organizações da Oposição Portuguesa, bem como os democratas em geral, que RENATO D'ALMEIDA RIVERA, de 37 anos, casado, que teve uma farmácia em Alenquer, com domicílio atual em Castanheira do Ribatejo, e que se intitula, falsamente, veterinário, acaba de ser desmascarado como BURLÃO E DELATOR. Este miserável, depois de um roubo cometido no País, fugiu. Chegado a Marrocos, em abril deste ano, infiltrou-se na colónia portuguesa dizendo-se emigrado político, logo ludibriando vários portugueses e naturais. Apossou-se de quantias elevadas, explorou mulheres e, simultaneamente, denunciou às autoridades fascistas portuguesas, os democratas com atividades políticas.

Desconhece-se o paradeiro deste colaborador da PIDE, desde 15 de julho do corrente.

Rabat, 25 de julho de 1963."

porta da insurreição. Mas o momento psicológico em que civis e militares (e a mudança de opinião dos soldados e sargentos sealará o destino do fascismo) aderem à idéia da insurreição e se integram nela é o corolário de um longo processo molecular. Não se pode fixar previamente o dia desse ponto crítico. Porque a insurreição é — não o esqueçamos — um processo natural. Previsível? Sem dúvida. Mas não susceptível de ser desencadeado ao sabor dos caprichos e desejos humanos. A conspiração entra nele como elemento importante; mas é algo de infinitamente mais complexo do que uma conspiração.

(Continua no próximo número)

o voto. É necessário que, ao mesmo tempo, os patriotas de vanguarda se preparem desde já para resistirem por todas as formas à fraude eleitoral e à intimidação; é necessário que os patriotas de vanguarda se preparem desde já para a violência oporem a violência.

O que ficou condenado pela história das nossas lutas democráticas foi o desenvolvimento de campanhas de tipo legal sem que delas se extraíssem, através de quadros adequados, todas as suas consequências revolucionárias. E se seria errado persistir em não acompanhar essas lutas com um movimento de quadros destinado a desenvolver-las, secundária e defensivamente no campo da luta subterrânea, igualmente errado seria desprezar as lutas de massas, partindo do princípio falso de que as revoluções podem fazer-se apenas com algumas dúzias de heróicos e abnegados patriotas.

Pela Paz nas colônias e pela Democracia em Portugal, uma ampla movimentação popular deverá exigir do governo a comprovação do apoio de que diz dispor, mediante a realização de um plebiscito verdadeiramente nacional.

O Gen. Delgado e os colonialistas

O Gen. Humberto Delgado viu-se há pouco envolvido num lamentável incidente provocado pelo presidente da Associação que tem usado o nome do ex-candidato à Presidência da República.

Trata-se de uma associação de cultura e beneficência que escolheu o nome do General para seu patrono, quando ele se encontrava ainda em Portugal. O Gen. Delgado foi completamente alheio ao caso.

Sucedeu que o presidente da Associação permitiu-se tratar de um problema político, ao escrever uma carta ao "Diário Carioca", do Rio, defendendo uma posição colonialista e reacionária contrária frontalmente à da Oposição unificada e do Gen. Delgado sobre tal crucial problema. Perante a reação desfavorável a tal carta por parte dos membros da directoria da própria Associação, o presidente desta pretendeu levar a efeito uma assembleia da mesma nas salas do M.N.I., ao que os elementos desta organização vivamente se opuseram, não tendo permitido, como é direito, a realização da assembleia naquele local.

Por seu lado, o Gen. Humberto Delgado, em face da insólita acção do presidente da Associação e das suas declarações reacionárias, resolveu proibir aquela de continuar a usar o seu nome como patrono, tendo anunciado esta decisão pela imprensa e televisão.

A POSIÇÃO DOS DEMOCRATAS PORTUGUESES

Ao tomar conhecimento dos incidentes ocorridos, a Comissão Executiva da U.D.P. e a Comissão Redactorial do "Portugal Democrático" distribuíram à imprensa a seguinte nota:

"Portugal Democrático, tomando conhecimento de incidentes ocorridos no Rio de Janeiro em que o general Humberto Delgado se viu envolvido em consequência da sua posição de defesa do direito dos povos das colônias portuguesas à autodeterminação, vem declarar que apoia a atitude do ex-candidato à presidência da República opondo-se à política colonialista da ditadura portuguesa, pois a mesma é a única que corresponde aos sentimentos e aspirações manifestadas pelo povo de Portugal".

Por seu turno, os democratas portugueses do Recife enviaram ao Gen. Humberto Delgado o seguinte telegrama:

"Os democratas portugueses residentes em Recife, tendo conhecimento pela imprensa dos agravos que foram feitos a V. Exa. a pretexto da sua desassomburada atitude em defesa da independência das colônias africanas, afirmam sua inteira solidariedade e enviam calorosas saudações. Ruy Luis Gomes, José Morgado, António Brotas, Manuel Fernandes, Angelo Ferreira, Humberto Teixeira, Joaquim Martins."

Nolas e comentarios

A hipótese Craveiro

Pela segunda vez desde que abandonou a presidência da República, Craveiro Lopes veio a público condenar certos processos governativos de Salazar, incluindo os que se referem à sua política colonial.

Esta oposição, se assim lhe podemos chamar, destina-se a funcionar como uma alternativa de emergência para a hipótese de uma iminente — quando iminente, e não antes disso — tomada do poder pelas forças populares.

No entanto, seria prova de um estulto primarismo político menos prezar a atual conduta do chefe de Estado salazarista, não tanto por ela própria como pelo que tornou possível, mais uma vez, a sua manifestação pública.

Com efeito, sabemos-se que nem Craveiro Lopes nem nenhum dos seus presumíveis amigos têm qualquer aparelho político que lhes permita, directamente, a mínima publicidade em torno das suas actuais posições, é fácil de concluir que só a pressão de poderosos interesses económicos assegurou ao ex-salazarófilo presidente a possibilidade de transpôr o muro da censura. Ora, esses interesses económicos são aqueles mesmos referidos pelo próprio Craveiro Lopes, ao ter condenado veementemente o ingresso de Portugal na Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA): são os interesses dos monopólios germânicos e também norte-americanos empenhados no Mercado Comum Europeu, de que o marechal se confessou defensor. De acordo com esses interesses, determinadas transformações económicas e políticas na sociedade portuguesa, assim como na administração portuguesa colonial, terão de ser levadas a efeito. Ao contrário, Salazar e os seus aliados políticos, defensores do statu quo económico, tiveram de optar pela inclusão orgânica do país na zona de influência económica da Grã Bretanha, a qual jamais deixou de ser, aliás, a tradicional controladora da economia portuguesa e protetora dos seus grupos financeiros mais retrógrados.

A política salazarista chocou-se, assim, frontalmente — o que pela primeira vez sucede — com a política pró M.C.E. do Gen. Franco (promessa de certa autonomia para o remanescente do seu império colonial, etc.), não tendo a recente conferência dos dois ditadores fascistas levado a outro resultado senão a melancólica verificação por ambos do fim da comunidade de interesses configurada pelo Pacto Ibero.

Nunca, portanto, foi mais fértil em consequências favoráveis para as forças democráticas portuguesas o isolamento internacional, de natureza económica, do governo de Salazar.

Não podem essas forças, no entanto, pensar no aproveitamento passivista das dificuldades experimentadas pela clique salazarista, partindo do princípio de que será o entre-choque de interesses monopolistas do imperialismo a produzir mecanicamente a extinção, total ou mesmo parcial, do fascismo português. Mais uma vez, o desejo de ver permitida a constituição legal de um partido político social-democrata (a 5.a ou 6.a tentativa nesse género) redoundo no malogro; e o subsecretário de Estado norte-americano, George Ball, acaba de junto de Salazar, assegurar-lhe, muito provavelmente, a modernização do seu governo na próxima assembleia geral das N. U.

Quem faz as revoluções são as forças sociais interessadas realmente na substituição da velha ordem social. E uma revolução que se adia é, na maior parte dos casos, uma revolução que se não faz.

M.S.

tuéns encontrar-se-á uma vez mais no banco dos réus. Ou, mais exatamente, o fascismo português, pois a monstruosa política colonial, de Salazar surge hoje perante quase todas as chancelarias como indissociável da natureza do regime, que a sustenta.

A "loucura de Salazar", como lhe chamam já os seus próprios aliados, atingiu tais extremos que mesmo aqueles que desejam dar-lhe cobertura enfrentam sérias dificuldades para mascarar esse apoio. Tal é, por exemplo, o caso da Inglaterra e dos Estados Unidos. Depois da histórica resolução de 31 de Julho aprovada pelo Conselho de Segurança, nem o Foreign Office nem o Departamento de Estado alimentam ilusões sobre o clima em que vão processar-se na Assembleia Geral os debates em torno do colonialismo português. Não é ousado prever que, em face do apaziguamento posterior à assinatura do acordo nuclear soviético-norte-americano, o tema principal da agenda do conclave será precisamente o problema criado pela oposição maciça da África Independente à manutenção do domínio português no Continente. A questão passou do plano dos argumentos jurídicos e dos protestos humanitários contra a repressão para o campo das iniciativas concretas. As potências ocidentais vêm sendo colocadas diante de uma opção a que não podem furtar-se.

A África está unida contra o colonialismo português e sul-africano. A prova tem-na no encerramento dos portos e aeroportos, no rompimento de relações económicas e diplomáticas com Lisboa e Pretória. Mais significativo ainda é o fato de, sistematicamente, em todos os conclaves internacionais — o último foi o de Turismo em Roma — onde Portugal se faz representar, ou a sua delegação é expulsada pelos votos africanos ou as representações da África se retiram.

Os Estados Unidos sabem que semelhante situação não pode prolongar-se sem graves prejuízos para os seus interesses políticos e económicos em África. Por isso acabam de enviar a Lisboa o sr. George Ball, subsecretário de Estado.

Segundo o tom dominante nos comentários da imprensa norte-americana a sua missão consiste em "chamar à razão Salazar". Washington teme o que se vai passar na Assembleia Geral da ONU e desejaria ver facilitadas as coisas, agora complicadas pelo fanático discurso do dia 12 e pelos comícios de apoio ao colonialismo promovidos em cadeia pelo governo. Qualquer ligeiro recuo português no conclave permitiria ao Departamento de Estado respirar fundo, pois outra coisa não deseja senão um pretexto para, nos bastidores, continuar sustentando o fascismo salazarista.

A oposição democrática portuguesa não se deixará embalar: sabe que da presença em Lisboa do enviado do presidente Kennedy não poderá resultar nada em benefício do povo português ou dos povos coloniais. Trata-se na essência de uma tentativa de auxiliar um ditador que chegou a tal ponto na sua desorientação que dificulta a ação dos seus próprios amigos e aliados. E, aliás, por outras palavras, o que acaba de declarar nos Estados Unidos o sr. Menne Williams, subsecretário dos Assuntos Africanos.

M.U.R.

Ruy Luis Gomes e José Morgado entrevistados pela «Prensa Latina»

Correspondendo ao interesse com que a opinião pública da América Latina vem acompanhando a luta pela autodeterminação dos povos das colônias portuguesas, a Agência "Prensa Latina" entrevistou recentemente em Recife os profs. Ruy Luis Gomes e José Morgado interrogando-os sobre várias questões relacionadas com o colonialismo salazarista. PORTUGAL DEMOCRATICO, atendendo à importância do pronunciamento conjunto dos dois conhecidos democratas e à repercussão que o mesmo teve junto da opinião sul-americana transcreve a seguir, ua íntegra, o texto da entrevista.

O VOTO DO BRASIL CONTRA SALAZAR

P. — Como vêem o Movimento de Libertação das colônias portuguesas na África?

R. — Já há muito tomamos posição pública a favor da independência dos povos africanos; estamos certos que os povos africanos conquistarão sua independência. Se em Portugal existisse um governo democrático, tal independência não seria conquistada pela força das armas, mas seria o resultado natural de negociações pacíficas entre representantes legítimos dos povos africanos e do povo português.

P. — Como atuam o MPLA e a UPA em Angola? É verdade que o MPLA é muito poderoso em Luanda? É certo que o MPLA fez o primeiro movimento nacionalista em Angola?

R. — MPLA, UPA e outros movimentos surgidos nas Colônias Portuguesas traduzem a ansia de libertação. Só os Povos Africanos têm legitimidade para se pronunciarem sobre o valor representativo destes movimentos.

P. — Achem que a missão dos elementos de Salazar nas colônias é uma missão civilizadora? Que dizem do fato de apenas existirem 35 mil pessoas civilizadas em uma população de 11 milhões?

R. — Em primeiro lugar, queremos deixar bem claro que não reconhecemos a nenhum colonialismo qualquer missão civilizadora. O que é necessário é a convivência entre civilizações diferentes que se devem reconhecer mutuamente como tal.

P. — A PIDE é em África, pelo menos tão feroz como em Portugal. P. — Que aconteceria ao País se fosse deflagrada uma guerra colonial?

R. — As guerras coloniais estão comprometendo a independência de nossa Pátria. O Povo Português, cioso da sua independência, acabará com as guerras coloniais impostas por Salazar.

P. — Como atua a PIDE na África? Faz ele o terrorismo? Procura esmagar o movimento de Libertação das colônias africanas?

R. — A PIDE é em África, pelo menos tão feroz como em Portugal.

P. — Que aconteceria ao País se fosse deflagrada uma guerra colonial?

R. — As guerras coloniais estão comprometendo a independência de nossa Pátria. O Povo Português, cioso da sua independência, acabará com as guerras coloniais impostas por Salazar.

SALAZAR E CEREJEIRA

P. — Que dizem da "Oração do Soldado" do Cardeal Cerejeira que procura identificar a política salazarista com o ideal cristão?

R. — Não conhecemos o texto da "Oração do Soldado" do Senhor Cardeal Cerejeira, mas conhecemos perfeitamente o lugar que tem ocupado sua Iminência no quadro político português.

P. — Lemos na devida altura, as mensagens pastorais que Sua Eminência fez publicar de apoio ao Governo de Salazar em vésperas de atos eleitorais. Sabemos que S. Eminência se negou a apoiar, por várias vezes, pedidos de anistia a presos políticos e não conhecemos que S. Eminência tenha tomado qualquer iniciativa a favor dos presos políticos, mesmo quando se tratava de salvar suas vidas.

P. — Não conhecemos também qualquer iniciativa que S. Eminência tenha tomado em defesa do Clero anti-salazarista, quer de Portugal quer das colônias, nem mesmo em defesa de S. Excelência Reverendíssima o Bispo do Porto, impedido por Salazar de regressar à sua diocese, por ter elevado seu protesto contra as violências do regime.

P. — Custa-nos a acreditar que S. Eminência se tivesse deixado dominar pelas suas velhas ligações com Salazar até ao ponto de proferir a heresia de que, no caso de uma

guerra colonial, "Jesus ficaria do lado de Salazar".

Não conhecemos maior insulto a Cristo, na nossa época.

O PAPEL DO GEN. DELGADO

P. — Poderiam dar uma opinião pessoal sobre Salazar?

R. — Enquanto foi professor na Universidade de Coimbra foi uma negação absoluta do que é um investigador e um educador; basta ver o seu "curriculum vitae" — nota contém.

Como governante, é o maior responsável pela opressão ao Povo Português e pela guerra aos Povos Africanos.

P. — Que pensam do General Delgado?

R. — O nome do General Delgado está ligado a uma das maiores demonstrações civis do Povo Português contra o Governo de Salazar — a eleição presidencial de 1958.

Está também ligado a uma das mais significativas revoltas armadas contra o fascismo em Portugal — a revolta de Beja.

O General Delgado continua ocupando um lugar de grande relevo na Oposição Portuguesa, lugar que tem conquistado pelo seu desassombro e pela sua dedicação a luta pelas liberdades democráticas do Povo Português.

P. — Poderiam dar uma opinião pessoal sobre Salazar?

R. — Enquanto foi professor na Universidade de Coimbra foi uma negação absoluta do que é um investigador e um educador; basta ver o seu "curriculum vitae" — nota contém.

Como governante, é o maior responsável pela opressão ao Povo Português e pela guerra aos Povos Africanos.

P. — Que pensam do General Delgado?

R. — O nome do General Delgado está ligado a uma das maiores demonstrações civis do Povo Português contra o Governo de Salazar — a eleição presidencial de 1958.

Está também ligado a uma das mais significativas revoltas armadas contra o fascismo em Portugal — a revolta de Beja.

O General Delgado continua ocupando um lugar de grande relevo na Oposição Portuguesa, lugar que tem conquistado pelo seu desassombro e pela sua dedicação a luta pelas liberdades democráticas do Povo Português.

P. — Poderiam dar uma opinião pessoal sobre Salazar?

R. — Enquanto foi professor na Universidade de Coimbra foi uma negação absoluta do que é um investigador e um educador; basta ver o seu "curriculum vitae" — nota contém.

Como governante, é o maior responsável pela opressão ao Povo Português e pela guerra aos Povos Africanos.

P. — Que pensam do General Delgado?

R. — O nome do General Delgado está ligado a uma das maiores demonstrações civis do Povo Português contra o Governo de Salazar — a eleição presidencial de 1958.

Está também ligado a uma das mais significativas revoltas armadas contra o fascismo em Portugal — a revolta de Beja.

O General Delgado continua ocupando um lugar de grande relevo na Oposição Portuguesa, lugar que tem conquistado pelo seu desassombro e pela sua dedicação a luta pelas liberdades democráticas do Povo Português.

A situação na Guiné

Durante os meses de julho e agosto, o comando militar português da Guiné fez um considerável esforço para recuperar as zonas do sul ocupadas pelos patriotas do PAIGC, mas, segundo informações provenientes de Dakar e Conakry, todas as suas tentativas fracassaram. A chegada de alguns milhares de soldados a Bissau — no "Ana Mafala", no "Sofala" e no "Niasa" — apenas contribuiu para tornar mais patente a incapacidade das autoridades em face da situação. O Estado Maior do Exército chegou a anunciar o cerco de importantes contingentes nacionalistas, mas posteriormente os seus comunicados não voltaram a aludir ao assunto. Em contrapartida, o PAIGC informa que:

1 — Um contingente português saído de Bissau no "Formosa" foi atacado e forçado a dirigir-se a Bolama depois de sofrer 20 baixas;

2 — Nas proximidades da Ilha de Como, os guerrilheiros capturaram um navio — "O Persistente" — da Sociedade Colonial A. C. Gouveia, carregado de viveres que se dirigia a Bedanda, tendo a tripulação africana aderido aos nacionalistas;

3 — Um destacamento português em transito de Empada para Catió foi atacado em Tehugué durante a noite e completamente aniquilado após sete horas de combate.

4 — No dia 29 de agosto foram abatidos três aviões portugueses no decurso do bombardeamento que realizaram a uma povoação da zona libertada.

Em longo comunicado sobre a reorganização agrícola das regiões libertadas, o PAIGC esclarece que o entusiasmo reinante entre os camponeses permite esperar um aumento apreciável da produção.

Apêlo aos Leitores

Referimo-nos em nosso último número às dificuldades materiais com que PORTUGAL DEMOCRATICO vinha lutando em consequência da constante elevação do custo do papel e de composição e impressão. Infelizmente essas dificuldades agravaram-se com o brutal aumento das taxas de correio que acabam de ser elevadas numa proporção que atinge em certos casos 190%. Esse fato representa para o nosso jornal o encargo de várias dezenas de milhares de cruzeiros. Apelamos por isso uma vez mais, para o espírito de cooperação dos nossos leitores e amigos.



A RESISTÊNCIA EM PORTUGAL (Pedidos à Redação).

No Banco dos Réus

Dentro de dias, ao ser instalada a XVIII Assembleia Geral das Nações Unidas, o colonialismo por-

me-
guar-
ra re-
nas à
lação;
as de
de já
violen-
a his-
ocráti-
câm-
delas
padros
onse-
ria
ompa-
movi-
á de-
fendê-
rânea,
prezar
do do
revolu-
com
e ab-

a De-
ampla
a exi-
do do
ante
o ver-

de
is

o viu-
amen-
o pre-
usa-
Presi-

ão de-
esco-
ra sua
trava
Delga-
do ao

te dar
re cre-
ver a",
do lo-
cotrária
uni-
sobre
nte a
fa por
ria da
idente
o uma
las do
desta
opuse-
como-
assem-

nberto
acção
e das
as, re-
finuar
trono,
o pela

ATAS

los in-
missão
missão
Demo-
ensa a

nando-
ocor-
que o
e viu
a sua
dos
sas à
clarar
ndida-
blica
alista
pols a
ponção
s ma-
tugal"

s resi-
nheci-
grávos
a pre-
la ati-
dência
irmam
nviam-
is Go-
o Bro-
Angelo
Joã-

«Brasil, Fronteira da Africa» «Alvaro Vieira Pinto e os Chacais do Salazarismo Luso-Brasileiro»

MARIA ARCHER

“Brasil, fronteira da Africa”, (1) foi publicado para lembrar aos brasileiros essa Africa que existe, muralhada no mistério e nas distancias, esplendente nos longes donde nasce o sol, além, na outra margem do mare nostrum Atlântico, de olhos voltados para o Brasil. Os olhos carnaís e os olhos da alma. A Africa donde vieram, em trágicas migrações forçadas os negros que coloriam a pele dos sul-americanos e embeberam o continente de africanidade especifica; a Africa antiga, autêntica, hermética, perturbadoramente primitiva, ainda hoje expoente de hereditariedade tribal; e também a Africa nossa contemporânea, desperta, revolta, clamorosa e desorientada, injustiçada e iludida, reclamando aos céus e à terra os sagrados direitos da negritude, exigindo-os, sobretudo, ante a consciência dos europeus que mal reconhecem direitos a quem os debate sem o apoio de armas nucleares.

Trago à presença dos brasileiros, só e somente, a terra e gentes de Angola. Da Africa de expressão portuguesa é ela a colônia mais ensanguentada e dorida. As suas gentes, em guerra contra o colonialismo salazarista, consideram o Brasil um paradigma de liberdade, uma polarização socio-política que as fascina. E o Brasil ignora-as. O meu livro pretende ser a ponte que aproxima os povos das margens do Atlântico irmanados pelo sangue bantu. Guardai-nhe imagens em vias de se diluírem na efervescência dos dias de hoje. Entesourei aqui quadros africanos num museu de saudade que ninguém mais verá. As suas portas foram fechadas pela História.

Para nós, portugueses, que descobrimos Angola no século XV, que a conquistamos e ocupamos esforçadamente, em luta árdua repetida ao longo de meio milênio, a Africa está perdida, não somente como território colonial mas também como área de cultura e influencia. Estou a dizê-lo aos brasileiros para que se compenetrarem deste fato verídico de primordial importância, e possam agir em consequência, se assim lhes aprouver. O colonialismo salazarista, com suas violências e a exploração desumana da terra e gentes, arrancou pelas raízes essa aliança luso-tropical, jurada na Idade Média, que manteve secularmente na Africa, mesmo sem nós dispormos de meios militares ou económicos eficientes, a presença do português. Hoje, porém, em Africa, o nome português é amalgamado com o salazarismo e inspira tanto horror como o do negro.

Quase todas as antigas colônias das Nações europeias em Africa, e dentro do aro das suas fronteiras coloniais, são hoje independentes. Certo é que a Argélia conquistou a soberania a ferro e fogo, numa guerra de 7 anos contra a França. Mas, com exceção da Argélia, todas as outras Nações africanas se libertaram do colonialismo através de negociações que respeitaram as pessoas, bens, direitos, dos antigos colonizadores. Esse expoente histórico não influi nas resoluções de Salazar. A Argélia, hoje uma geena de odios e vinditas, é paradigma e espelho em que se podem mirar os colonialistas apostados em manter pela força um imperialismo ultrapassado como processo histórico de civilização. Paradigma e espelho que Salazar se recusa a pôr diante dos olhos.

O ditador português considera possível, e admissível, que o mapa geo-político do continente africano nosso contemporâneo seja formação de Nações soberanas mas conserve intactas as manchas medievais do nosso colonialismo. Nega-se a entabular negociações com os líderes do nacionalismo da Africa de expressão portuguesa, e, como replaca às reivindicações de liberdade, transporta para as colônias exércitos e policia política, entra em guerra com horças de negros sublevados, combate-os com paraquedistas, carros de assalto, bombas de napalm, metralhadoras e fuzis fornecidos pela Nato, material americano ultra-moderno e ultra-destruidor. As guerrilhas foram aniquiladas mas a vindita salazarista exerceu-se também contra a população civil. O norte de Angola foi cilindrado em gentes e coisas. E o genocídio do povo angolano está sendo posto em ação sob a égide da civilização ocidental e dos altos e baixos poderes da Igreja católica. Todavia esta, e entre

os missionários de Angola, já conta alguns nomes de presos, de deportados, de anti-colonialistas.

O assassinato em massa dos negros de Angola não é, para os colonialistas de Salazar, um crime contra a humanidade. É apenas uma caçada às feras. A sua ética expulsa os negros da categoria de Antropos. Leia-se num jornal da Bahia, “Diário de Notícias”, de 14 de agosto de 1962, uma carta ao cônsul de Portugal, dr. João da Cunha Matos, e publicada sob a sua responsabilidade de Cônsul de Portugal, em que esse fascista expressa a afirmação de que a mulher africana não é atribuída a dignidade de pessoa humana. Pela sua boca de ouro fala a gang colonialista de Salazar.

Humilhados pelas leis e os costumes, torturados pela PIDE, roubados das suas terras pelo capitalismo internacional imperialista, os negros da Guiné e Angola sublevaram-se. A revolta irrompeu cedo, mal organizada, e não teve a amplitude necessária para dominar o exército salazarista. Os negros foram derrotados nessa primeira fase do combate e os angolanos perderam cem mil vidas, entre os combatentes e as populações pacíficas. Mas não se entregaram nem desanimaram. A situação de guerra mantém-se, o estado de guerra continua em Angola, o exército salazarista está nos seus postos, pronto a entrar em ação. E os negros preparam o renovo da ofensiva, a avalanche que lhes permita atirar com os colonizadores ao mar.

É neste momento crucial que o Brasil lhes surge como a fronteira da Africa. Miragem do Brasil, Nação soberana e magnífica, saída do colonialismo português. Miragem que os deslumbra, claridade de esperança que os ofusca. Estão de olhos postos no Brasil, nos milhões de brasileiros partícipes do sangue bantu, no Brasil, nação de fala portuguesa, de cultura portuguesa, frater dos angolanos pelo lusotropicalismo e a hereditariedade portuguesa e bantu.

Por isso milhões de africanos de expressão portuguesa apelam ao Brasil, chamado a que o Brasil ainda não prestou ouvidos atentos.

Esses africanos de expressão portuguesa, em guerra com o colonialismo salazarista, são forçados a englobar o povo português, aliás vítima desse mesmo salazarismo, no ódio que ressuma da guerra. A posição de Portugal, mercê da infância salazarista, está, hoje em ruínas na Africa. E temos que perdoar ao silvícola africano a sua impossibilidade de destrinçar entre o português democrata, apocionista a Salazar, anti-colonialista, e os colonizadores salazaristas, e o exército servo de Salazar; temos que admitir a realidade de sermos, para o silvícola africano, somente uma unidade, os portugueses, os inimigos portugueses.

A posição de Portugal, quer politicamente quer culturalmente, está perdida na Africa, repito-o. Já os líderes do nacionalismo angolano se utilizam da lingua francesa nas suas publicações de informação e propaganda. Já é de temer que o ódio, herança fatal da guerra, esteja maquinando o aniquilamento da cultura portuguesa nessa Angola que durante meio milênio ouviu falar português. Já é de prever que entre rancores justificáveis se esteja programando a substituição da lingua portuguesa pela francesa, na futura Nação soberana de Angola, a lingua francesa que se fala nas Nações soberanas saídas do colonialismo belga e francês, e são vizinhas de Angola ao longo de milhares de quilômetros.

Eis porque apelo ao Brasil, fronteira política da Africa. Para que venha assumir o posto de paladino da nossa lingua e da nossa cultura na Africa de expressão portuguesa. Esse posto que Portugal perdeu na Alcácer Kibir do salazarismo fascista e imperialista; para que não desapareça, desde já, a obra que os nossos comuns antepassados ergueram na fiada de meio milênio; para que exista na Africa, como na América do Sul, e perdure através da História, a lingua e cultura que nos é comum, a nós, luso-brasileiros, gémitos de um dos grandes blocos culturais da humanidade.

Brasil, fronteira da Africa é brado meu e pretende despertar o mundo americano de lingua portu-

O nome prestigioso do prof. Alvaro Vieira Pinto, diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros e grande amigo de Portugal, foi no mês passado alvo de uma campanha abjeta movida pelos representantes do fascismo português e pelos seus aliados no Brasil. O caso fez correr rios de tinta na imprensa brasileira, interessando a opinião publica e acabou, através da reação popular, por mais uma cerrota para Salazar e sua camarilha.

Os antecedentes do episódio são descritos por Isaias Caminha (“Ultima Hora”, 7-8-63) nos seguintes termos:

Existe em Lisboa, como se sabe, um chamado Centro de Portugueses de Ultramar, para divulgar, defender e justificar “as experiencias” da politica colonialista de Salazar. Seus boletins correm mundo no mundo em que podem penetrar. Em carta enviada ao Inst. Superior de Estudos Brasileiros (sem nenhuma interferencia do Itamarati, ao que nos consta, apesar do que distorce “O Globo”), o diretor de Relações Públicas do Centro pretendia nos enviar um conferencista que viria aqui, é claro, não para falar sobre os passáros e o clima de Angola, mas certamente a propósito da natureza civilizadora e cristã das tropas de Salazar nas colônias.

O ISEB, exercendo atribuição que lhe confere o Ministerio da Educação, respondeu que não desejava essa visita. O Comendador Marinho, antecipando-se à voz do dono, escreveu ontem que se trata de “insólita agressão ao governo português”. De passagem: “O Globo” não protestou aos insultos da imprensa salazarista de Lisboa ao governo brasileiro, a propósito do voto do Brasil na ONU sobre as “provincias ultramarinas”...

A resposta em que se contém a “insólita agressão”, é a seguinte: “Em resposta à sua carta datada de 20 de janeiro do corrente ano, devo comunicar-lhe que não nos interessa a visita de qualquer agente de propaganda da tirania salazarista, que infelicitá e envergonha o nobre povo lusitano. Esperamos muito em breve ter a satisfação de receber nesta Casa os autênticos representantes da intelectualidade de Angola, quando essa nação irmã tiver conquistado sua liberdade política, constituindo-se em Republica soberana, independente e livre do odioso jugo colonial português”. A carta é subscrita pelo diretor do ISEB, sr. Alvaro Vieira Pinto.

E acrescenta Isaias Caminha: Qualquer pesquisa de opinião publica verificaria que a resposta do ISEB teria a assinatura da maioria da população brasileira. O sr. Roberto (perdoem o trocadilho) Ultramarinho, veria que insólita é sua defesa de um governo estrangeiro, contra cuja politica colonialista se colocam o nosso governo e o nosso povo”.

A SOLIDARIEDADE DE PORTUGAL DEMOCRATICO

Não podia o nosso jornal permanecer indiferente diante do gesto do prof. Vieira Pinto fechando o ISEB aos representantes do fascismo e do colonialismo português. Reproduzimos a seguir o texto do telegrama que enviamos ao ilustre mestre: “PORTUGAL DEMOCRATICO, órgão dos antifascistas portugueses do Brasil sauda e apoia a posição assumida por V. Exa., inteiramente de acordo com os reais interesses do povo de Portugal”.

A essa mensagem respondeu o prof. Alvaro Vieira Pinto com um telegrama do seguinte teor: “Agradeço confortadora demonstração de solidariedade recebida desse baluarte da luta que o nobre povo português trava a favor da sua libertação da tirania salazarista”.

REAGEM OS DEMOCRATAS BRASILEIROS

Dispensamo-nos de reproduzir as injurias com que “O Globo”, a “Voz de Portugal”, e outros órgãos ao serviço do salazarismo pretenderam responder ao nobre gesto do prof. Vieira Pinto para a missão de paladino da nossa cultura nos países soberanos que serão criados, em sete dias, sobre as nossas colônias velhas de sete séculos.

(1) — Ed. Felman — Rego

Vieira Pinto. Como muito bem diz Isaias Caminha, a resposta do diretor do ISEB ao chamado Centro de Portugueses do Ultramar exprime a posição do povo do Brasil. Por isso mesmo, um grupo de prestigiosos intelectuais do Rio de Janeiro, tendo à cabeça o grande nome de Alvaro Lins veio pôr os pontos nos ii, divulgando no dia 15 de agosto a nota que abaixo transcrevemos intitulada “Alvaro Vieira Pinto e os chacais do salazarismo luso-brasileiro”:

O Jornal “O Globo”, defensor do salazarismo, e varios comparsas de sua camarilha antinacional, desencadearam contra o Professor Alvaro Vieira Pinto, diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), uma violenta campanha de insultos, de calúnias e de covardes insinuações tão maldosas quanto improcedentes, tudo a pretexto dele se ter recusado emprestar o concurso da entidade que dirige a uma pretensa iniciativa cultural, que outro objetivo não tinha, em realidade, senão defender a politica colonialista do Governo português.

Julgamos importante e necessário, em face disso, esclarecer devidamente o povo brasileiro sobre alguns pontos fundamentais, que submetem à luz clara da verdade as causas desse tivar histórico. Vejamos, por exemplo:

1. Quem é Alvaro Vieira Pinto — Professor catedrático da Faculdade Nacional de Filosofia, Diretor do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), é uma das expressões mais dignas e atuantes de nossa vida cultural. Homem de pensamento e saber, seu livro “CONSCIENCIA E REALIDADE NACIONAL” é uma dessas obras que marcam época e abrem novos caminhos para o estudo da problemática brasileira. Democrata militante, o Professor Vieira Pinto é um intelectual a serviço do povo e da causa de sua emancipação.

2. Que é o Instituto Superior de Estudos Brasileiros — Órgão do Ministerio da Educação e Cultura, seus principais objetivos são o estudo em profundidade, acima de injunções politico-partidárias, dos grandes problemas nacionais e a formação de quadros capazes de encaminhar soluções altas para eles dentro de formulação rigorosamente nacionalista, no melhor sentido da palavra. Sua dinâmica participação em momentos decisivos de nossa vida politica tem despertado a ira dos reacionários e conservadores de toda espécie.

3. Quais são os chacais — RAIMUNDO PADILHA, deputado federal, antigo espião nazista durante a última guerra (foi assim caracterizado pelo Serviço Secreto Americano) e constante traidor da Pátria. Não há causa antinacional que não conte com sua desprezível figura na vanguarda da mais negra e sórdida reação; DANILO NUNES, deputado estadual na Guanabara, general reformado, que assim começa a parar sua viagem de turismo a Angola, estipeundiada na ditadura portuguesa. Faz o jôgo simultâneo do imperialismo e do salazarismo; é um arcaico servidor de dois amos; EURIPEDES CARDOSO DE MENEZES, deputado federal, figura de proa do IBAD, católico profissional é homem de poucas luzes e de muitas sombras mentais; GUSTAVO CORÇÃO, escritor e jornalista que se caracteriza pela degradação profissional (a serviço de interesses contrários aos do povo brasileiro) e que gostaria de ser o líder intelectual do estolicismo caboco, o que não consegue, pela sua incapacidade de influenciar pessoas. “O Globo”, jornal antidemocrático e antinacional por excelência, sempre a serviço do imperialismo, do salazarismo obtuso e dos ridículos comandadores da Rua do Acre. Sua campanha atual contra o Professor Vieira Pinto está bem atamancada numa vergonhosa “picaretagem”: páginas e mais páginas de anúncios em que organizações estatais portuguesas oferecem ao nosso mercado produtos como café, cacau, madeiras, sisal, cervela (de Angola) e, o que é ainda mais grotesco e imbecil, fardamento para o Exército português...

4. Quais os verdadeiros motivos da campanha — Salta aos olhos que o Professor Vieira Pinto e o ISEB estão sendo usados como pretexto. O que os chacais realmente

desejam é atacar o Governo Federal, a politica externa independente, as reformas de base, impedindo, ou procurando impedir que sejam atendidas as mais justas reivindicações de nosso povo. A carta em que o Professor Vieira Pinto recusa dar a colaboração do ISEB a um conferencista lusitano, para fazer propaganda do salazarismo, é de janeiro deste ano. Somente agora, sete meses depois, quando o Brasil censurou Portugal na ONU pela sua politica colonialista, é que se inicia a campanha. Tudo faz parte de um plano estúpido, que pretende solapar a atuação da ala mais progressista do Governo e quer as cabeças de Darcy Ribeiro, de Paulo de Tarso e de outras figuras que a compõem com essa mentalidade avançada.

Nada conseguirão, é evidente, pois Governo e povo estão identificados em quase todos os setores, o mais firme dos quais é precisamente o que diz respeito à luta anticolonialista, ao direito de autodeterminação dos povos. Alvaro Vieira Pinto, agindo como agiu, representou o pensamento do povo brasileiro, da ala progressista de seu Governo e de todos os intelectuais democratas, alguns dos quais, não podendo conter sua revolta e seu nójo contra essa infame camarilha de traidores, espíões e chacais, faz publicar, à sua expensa, esta nota.

ALVARO LINS, ENIO SILVEIRA, ALEX VIANY, DOMAR CAMPOS, NELSON WERNECK SODRÉ, E. DI CAVALCANTI.

Alocação do Gen. Delgado

Comentando o último discurso do ditador, o Gen. Humberto Delgado dirigiu ao povo português uma alocução, transmitida por uma emissora clandestina da Oposição, da qual extrairamos as seguintes passas:

“(...) O tom pertinaz de apêgo aos seus métodos sedicios, as fórmulas sempre iguais de expressão, e até as palavras já consagradas do seu vocabulário de hipócrita, ressaltam em cada passo do discurso, numa trágica tentativa para fazer parar o tempo.

Nítida a incapacidade do ditador para entender que, tal como houve 1789 e 1917, surgiu em 1961 o ano da Africa (...) No capitulo I o ditador parece querer regressar aos tempos do Infante D. Henrique. Fingindo-se iluminado como que resuscite obsoletas predicas justificativas da evangelização dos nativos e que não dispensava fazê-los escravos — na usança bruta de antanho.

No capitulo II termina: “Assim começam as guerras”. Esta frase final dispensa comentários mas, faz-se um: O ditador deu ordem para a India no sentido de tocos os militares e marinheiros por lá ficarem mortos, e afinal voltaram todos vivos. Que cada um interpreta conforme lhe apetece.

(...) Finalmente, no capitulo IV o dr. Salazar insiste na sua tendência de mentor do Mundo. Diz que faz favor ao Ocidente em manter as colônias no “statu quo” de provincias ultramarinas.

Faz literatura com jôgo de palavras, em estilo de há cincoenta anos quando era idiosincracia da época amalgamar a poesia com a tuberculose ou morte: “Nós havemos de chorar os mortos se os vivos não merecerem”.

Nós, homens da Oposição, sem de forma alguma excluímos o sentimento e o romantismo de entre importantes elementos das relações humanas e portanto componentes da Pátria, negamo-nos porém a aceitar esta obsoleta, piezosa e suicida maneira de tratar problemas sérios que envolvem o sangue da Nação, isto é, a vida dos seus filhos, e os recursos económicos disponíveis para as gerações futuras, quando, em breve, a ditadura cair.

(...) Finalmente, na Conferência secreta da Euroná, em dezembro de 1962, a Oposição defendeu o cessar fogo nas colônias. Isto entendeu-se: isto é claro; isto tem um só significado. O discurso do dr. Salazar ou tem muitos significados, ou tem um só: Enterrar a juventude de Portugal num segundo Alcácer Quibir”.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

O BRASIL CONTRA SALAZAR

Raras vezes no decurso dos últimos anos a imprensa brasileira terá sido tão unânime nas suas críticas ao fascismo e ao colonialismo de Salazar como nas semanas que se seguiram à condenação da política colonial portuguesa pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e ao discurso com que o ditador tentou uma vez mais justificar essa política. Na impossibilidade de reproduzirmos as dezenas de artigos vindos a lume nos principais órgãos da imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo transcrevemos, nesta página, trechos de alguns dos comentários que se nos afiguram mais expressivos e que refletem bem a posição da opinião pública do Brasil em face do regime que sufoca o povo de Portugal.

"SALAZAR FAZ REFORMAS NA POLITICA COLONIAL"

Pela segunda vez, em um ano e meio, Salazar pronuncia um discurso de política externa, para anunciar ao mundo que Portugal não abre mão de suas colônias. Em janeiro de 1962, depois do frustrado levante do quartel de Beja e da anexação de Goa pela Índia, fez ele profissão de fé do estatuto colonial de seu regime, um pronunciamento no qual colocou em destaque, sua crescente irritação diante das posições anticolonialistas do Brasil.

Embora procurando aparentar firmeza de comando, Salazar escolheu, dessa vez, a tática de recuar atacando. Prometeu mais guerra na África anunciando, ao mesmo tempo, a execução de reformas nas colônias portuguesas. Reformas insuficientes, mas que abrem caminho a concessões maiores, talvez dentro do conselho há pouco dado pelo marechal Craveiro Lopes, de que "é necessário conciliar os interesses da nação com a evolução irreversível do mundo".

O discurso do sr. Salazar revela, ao mesmo tempo, desespero e cansaço, este abrindo um processo de rendição gradativa. O apelo a um apoio popular total ao governo é sintoma de desespero. A promessa de autonomia interna às colônias e descentralização administrativa da política colonial é um começo de rendição. O desespero está também nos ataques aos países aliados que procuram servir ao povo português tentando convencer seu governo a aceitar a descolonização como uma fatalidade histórica. O começo da rendição está nas medidas agora anunciadas, prevendo maior autonomia interna para os territórios de ultramar.

O sr. Salazar levou um sério golpe a semana passada, com a decisão da Espanha de dar liberdade a duas de suas colônias africanas, Rio Muni e Fernando Pó. Essa decisão provavelmente levaria Portugal a um isolamento ainda maior, nas Nações Unidas. Depois disso, restaria apenas a África do Sul como único aliado certo.

A perspectiva de um completo isolamento internacional influi, certamente, no leve recuo do primeiro ministro português. Mas é preciso não perder de vista a situação interna do regime salazarista. O sr. Salazar recua forçado muito mais por pressões de dentro. A reforma ministerial feita em dezembro do ano passado revelou sintomas importantes a respeito do comportamento dos quadros salazaristas.

Newton Carlos, in "Folha de São Paulo", 13/8/63.

A DESATUALIZAÇÃO DO SR. OLIVEIRA SALAZAR

O retrato e solitário ditador de Portugal, o professor António de Oliveira Salazar, raramente faz pronunciamentos públicos. Quando porém, aparece perante o público, mostra-se cada vez mais desatualizado e afastado da realidade internacional.

(...) Quanto à realidade internacional, só os que vivem no passado ou num mundo imaginário podem ignorar o fato de a consciência da humanidade já há muito ter condenado definitivamente o colonialismo, como forma ultrapassada de convivência dos povos. Quem rejeita a descolonização em termos tão categoricos como o professor Salazar fez, se condena ao isolamento total dentro do concerto das nações modernas, não encontrando nenhum advogado entre a "elite" internacional para defender posições abandonadas praticamente por todas as grandes potências coloniais, como a Grã-Bretanha, a Holanda, a França e mesmo a Espanha do generalíssimo Franco.

(...) Trata-se, portanto, de uma política visceralmente errada, pois somente na teoria é possível discutir se os povos dos territórios ultramarinos de Portugal já amadureceram ou não para o exercício do seu direito à autodeterminação. Costumava-se comparar a obra da colonização com a da educação e dizer

que ambas as obras podem falhar duplamente, ou emancipando os educandos, antes de eles alcançarem a idade adulta ou negando a emancipação aos maiores de idade. Faltam-nos argumentos para decidir a questão teórica da emancipação dos povos dos territórios africanos lusos, mas a questão política parece-nos absolutamente clara: é uma política totalmente errada a que leva um pequeno país a incompatibilizar-se com um continente inteiro no qual, com uma criação mais sensata, poderia manter a presença lusa, compatível com os padrões contemporâneos e com a consciência e os anseios dos povos. Mais uma vez, portanto, fica demonstrado, cabalmente, a dolorosa desatualização do ditador de Portugal.

(De um editorial de "O Estado de São Paulo", de 14/8/63).

SALAZAR INSULTA O GOVERNO BRASILEIRO

As críticas do jornal "A Voz", de Lisboa, ao governo do Brasil, foram ordenadas por Salazar. A imprensa em Portugal é feudo do ditador. Ele acha que a censura dignificou a profissão de jornalista (ler artigo em "Foreign Affairs"). Os jornais portugueses insultam constantemente o Brasil. O resto é simples de deduzir. Fosse uma crítica em jornal soviético e teriamos "O Globo" e outros apologistas locais do salazarismo pedindo fogo. Silenciam diante do ditador de Portugal, ou dão cobertura aos embustes de sua representação na ONU.

Os termos do artigo (o que as agências mancharam, pois há certamente mais) são vexatórios para o Brasil. Que história é essa de dizer que o País "será tão mais brasileiro quanto mais português permanecer"? Houve ou não a Independência em 1822? Que história é essa de dizer que "nesse assalto" a Portugal está um assalto a toda a "Continente"? Brasil e Portugal estão em continentes diferentes, assaltados pelos salazaristas são os novos da Guiné, Angola e Moçambique. "A Voz" fixa suas críticas ao sr. Geraldo Silos, representante do Brasil na ONU. Acho o sr. Silos nouco indicado para o cargo, mas, no caso, cumpriu determinações do Tamarati e do governo do Brasil. "A Voz" nota que há hostilidade a Portugal em setores do governo brasileiro, mas espera a volta do "bom senso". Não há hostilidade a Portugal ou aos portugueses. A hostilidade é contra o salazarismo e dispensamos a opinião do ditador sobre o que é senso, bom ou mau, nos nossos negócios. Já é tempo que o Tamarati distribua à imprensa as constantes críticas dos jornais salazaristas ao Brasil. Acreto que o Neirão, salazarista aditivo, não as envie, mas, se solicitado pela Secretaria Geral (ocupada pelo eficiente Araújo Castro), terá de cumpri-las. Então, o povo brasileiro saberá toda a extensão dos "laços sentimentais" entre Salazar (não confundir-lo, por favor, com o povo português) e o Brasil.

Paula Francis, in "Ultima Hora", Rio, 1/8/63.

BRASIL COM AFRICA

NACOES UNIDAS — O Brasil deu ontem um importante passo para conquistar definitivamente a amizade do grupo de nações africanas, ao votar a favor de uma moção apresentada pela Venezuela, fazendo um novo e último apelo a Portugal, para que respeite os compromissos assumidos ao ingressar na ONU reconhecendo a seus novos colônias o direito à autodeterminação e à independência.

O voto do Brasil entusiasmou a tal ponto os delegados africanos e asiáticos, que eles se apressaram a manifestar sua gratidão ao Delegado substituto do Brasil, Geraldo Silos, o qual levou a cabo as manobras diplomáticas para essa tomada de posição.

Na parte operativa, a recomendação aprovada determina seja aplicado o embargo parcial aos fornecimentos de armas aos portugueses, a fim de evitar que elas sejam utilizadas na repressão aos nacionalistas africanos, pedindo ainda

ao Secretário-Geral da Organização que dê toda ajuda eventualmente julgada necessária, para que a recomendação seja totalmente cumprida — fazendo um relatório até 31 de outubro, no máximo, ao Conselho de Segurança, informando sobre os resultados conseguidos com a sua intervenção.

A Inglaterra, Estados Unidos e França foram os únicos países que se abstiveram de votar a resolução da Venezuela. A posição britânica reflete as preocupações relativamente à Rodésia do Sul, pois Londres teme que o precedente agora aberto no caso de Portugal venha a ser aplicado a esse seu território, último baluarte branco no seio da África negra.

A posição dos EUA, entretanto, é totalmente estranha, uma vez que se afirma serem as propostas atenuadas da Venezuela, finalmente aceitas, ocorrência de sugestões norte-americanas, feitas nos bastidores.

A fórmula finalmente adotada acompanha de perto, aliás as linhas gerais do discurso em que Geraldo Silos definiu a posição do Brasil e que deu a tônica dos debates no Conselho de Segurança. Até a noite de anteontem havia dúvidas quanto à posição que os Estados Unidos adotariam, correndo porém que o Delegado Adlai Stevenson estava exercendo pressão sobre o Departamento de Estado, para que lhe fosse dada autorização de votar favoravelmente ao acordo. Corriam ontem, nos corredores da ONU, rumores insistentes de que os Estados Unidos se abstiveram de votar em vista da pressão direta de Londres, dizendo-se até que o próprio Premier britânico, Harold MacMillan interferiu pessoalmente, para mudar o ponto-de-vista do Delegado dos EUA. Outra notícia corrente era que Stevenson teve violento choque com os responsáveis pela política africana dos EUA no Departamento de Estado. Se, na realidade, a posição do Brasil foi decisiva nos debates realizados no Conselho de Segurança, isso contribuiu enormemente para elevar o prestígio de nossa diplomacia junto aos cinquenta países africanos e asiáticos.

É necessário acentuar, finalmente que a posição adotada pelo Brasil foi uma tentativa para salvar Portugal expressamente executada contra a vontade de Lisboa pois o Brasil está convencido e que a tendência anticolonialista é irreversível e irrisível sendo certo que os lusos perderão suas colônias da África e Ásia por bem ou pela força das armas.

... Nahum Sirotsky, in "Jornal do Brasil" 1/8/63.

INSULTOS AO BRASIL

(...) Quando o tartufo diz ao povo português, através das faixas e cartazes que mandou espalhar ontem pelo Terreiro do Paço, que o Brasil "está ao lado de Portugal" e que apenas o presidente Goulart é pela emancipação de Angola, está mistificando, mentindo, mentindo.

É necessário acentuar, finalmente que a posição adotada pelo Brasil foi uma tentativa para salvar Portugal expressamente executada contra a vontade de Lisboa pois o Brasil está convencido e que a tendência anticolonialista é irreversível e irrisível sendo certo que os lusos perderão suas colônias da África e Ásia por bem ou pela força das armas.

... Nahum Sirotsky, in "Jornal do Brasil" 1/8/63.

Manifestação no Parlamento Brasileiro

O voto do Brasil na recente reunião do Conselho de Segurança da O.N.U. foi objeto, como salientamos em outro lugar, de grosseiras investidas dos serventuários sala-

zaristas, em Portugal como no Brasil. Não pode, porém, o povo português iludir-se sobre a perfeita unanimidade existente nos meios políticos brasileiros responsáveis sobre a política colonial de Salazar. Assim, foi um deputado de um partido de oposição, o sr. Adolfo Oliveira, da UDN, que na Câmara brasileira levantou o problema da atitude do Brasil perante o colonialismo português declarando que o voto do seu país nas N.U. "correspondeu integralmente à expectativa democrática da opinião pública brasileira".

"Foi um voto perfeito, foi um voto que deve ter merecido o sentimento de orgulho dos verdadeiros e autênticos portugueses dos quais descendemos, porque orgulho devem eles ter da possibilidade da formação nos trópicos de uma grande civilização, como é a do Brasil, e orgulho deverão ter também de possibilitar a emancipação, a independência de jovens países da África" — disse o representante udenista, acrescentando: "A conduta do ditador português é a mais nociva à própria perpetuidade das tradições lusobrasileiras na África. Não está ele apenas sacrificando, subjugando, perseguindo, matando os cidadãos portugueses do Continente. Está também sacrificando, talvez, a possibilidade de esses novos países conservarem os seus vínculos de fidelidade aos mesmos ideais nobres a que nos afeccionamos dentro dessa comunidade".

De outro lado, o deputado Marco Antonio Coelho, da bancada do Partido Social Trabalhista, manifestou, também na Câmara, a sua solidariedade para com a Chancelaria Brasileira, felicitando-a por se haver desligado do grupo de países que na ONU e no Conselho de Segurança vêm dando cobertura ao regime colonialista português. No início do seu discurso, o deputado Marco Antonio fez alguns comentários sobre a última arenga do chefe do fascismo português, acentuando que a sua incapacidade de compreender o mundo em que vivemos assume aspectos tão dramáticos como ridículos.

TELEGRAMA AO PRESIDENTE JOAO GOULART

Pela Unidade Democrática Portuguesa foi enviado ao Presidente da República do Brasil o seguinte telegrama:

"Tomando conhecimento das provocações e insultos dirigidos à Nação Brasileira e, particularmente, ao governo de Vossa Excelência no decurso do comício fascista e colonialista promovido ontem em Lisboa pela ditadura salazarista, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, interpretando o sentimento dos democratas portugueses do Brasil, manifesta a Vossa Excelência sua indignada repulsa por aqueles vergonhosos ataques. Apresentando a Vossa Excelência, com os seus cumprimentos, os protestos da mais alta consideração, a UDP faz questão de insistir em que a Nação Portuguesa não é colonialista e se sente mesmo grata pela posição do governo brasileiro em face da guerra colonial desencadeada por Salazar contra as populações de Angola e da Guiné, guerra que contraria os interesses do povo português.

Pela Comissão: Alexandre Pereira, Antonio Bidarra da Fonseca, Augusto Aragão, João Tito de Moraes, Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Cunha Rego.

zaristas, em Portugal como no Brasil.

Não pode, porém, o povo português iludir-se sobre a perfeita unanimidade existente nos meios políticos brasileiros responsáveis sobre a política colonial de Salazar. Assim, foi um deputado de um partido de oposição, o sr. Adolfo Oliveira, da UDN, que na Câmara brasileira levantou o problema da atitude do Brasil perante o colonialismo português declarando que o voto do seu país nas N.U. "correspondeu integralmente à expectativa democrática da opinião pública brasileira".

"Foi um voto perfeito, foi um voto que deve ter merecido o sentimento de orgulho dos verdadeiros e autênticos portugueses dos quais descendemos, porque orgulho devem eles ter da possibilidade da formação nos trópicos de uma grande civilização, como é a do Brasil, e orgulho deverão ter também de possibilitar a emancipação, a independência de jovens países da África" — disse o representante udenista, acrescentando: "A conduta do ditador português é a mais nociva à própria perpetuidade das tradições lusobrasileiras na África. Não está ele apenas sacrificando, subjugando, perseguindo, matando os cidadãos portugueses do Continente. Está também sacrificando, talvez, a possibilidade de esses novos países conservarem os seus vínculos de fidelidade aos mesmos ideais nobres a que nos afeccionamos dentro dessa comunidade".

De outro lado, o deputado Marco Antonio Coelho, da bancada do Partido Social Trabalhista, manifestou, também na Câmara, a sua solidariedade para com a Chancelaria Brasileira, felicitando-a por se haver desligado do grupo de países que na ONU e no Conselho de Segurança vêm dando cobertura ao regime colonialista português. No início do seu discurso, o deputado Marco Antonio fez alguns comentários sobre a última arenga do chefe do fascismo português, acentuando que a sua incapacidade de compreender o mundo em que vivemos assume aspectos tão dramáticos como ridículos.

TELEGRAMA AO PRESIDENTE JOAO GOULART

Pela Unidade Democrática Portuguesa foi enviado ao Presidente da República do Brasil o seguinte telegrama:

"Tomando conhecimento das provocações e insultos dirigidos à Nação Brasileira e, particularmente, ao governo de Vossa Excelência no decurso do comício fascista e colonialista promovido ontem em Lisboa pela ditadura salazarista, a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa, interpretando o sentimento dos democratas portugueses do Brasil, manifesta a Vossa Excelência sua indignada repulsa por aqueles vergonhosos ataques. Apresentando a Vossa Excelência, com os seus cumprimentos, os protestos da mais alta consideração, a UDP faz questão de insistir em que a Nação Portuguesa não é colonialista e se sente mesmo grata pela posição do governo brasileiro em face da guerra colonial desencadeada por Salazar contra as populações de Angola e da Guiné, guerra que contraria os interesses do povo português.

Pela Comissão: Alexandre Pereira, Antonio Bidarra da Fonseca, Augusto Aragão, João Tito de Moraes, Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Cunha Rego.



Marcos Ana no Brasil

O grande poeta espanhol Marcos Ana, sepultado durante 23 anos nos presídios franquistas, acaba de passar algumas semanas no Brasil. Veio como porta-voz dos presos políticos do seu país. E melhor, mais humano, mais eloquente embaixador não poderiam encontrar as vítimas do fascismo espanhol. Os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais que acorreram a ouvir Marcos Ana moveram-se ante a palavra do poeta e do revolucionário. Porque o importante nesse espanhol de Salamanca, franzino e sereno, não é o ter passado mais de metade da vida nos cárceres franquistas, mas sim o ter conseguido em tão dramáticas condições realizar-se plenamente, transformando-se naquilo que é: um cantor da liberdade e da dignidade do homem, um desses espanhóis que trazem em si um sopro de eternidade que comove e deslumbram.

Suas conferências, suas entrevistas, os atos e reuniões de que participou formaram uma corrente ininterrupta de êxitos. As ressonâncias da sua voz profunda, a pureza e a força das suas convicções de revolucionário mantidas na dor e na solidão extravasaram dos auditórios e dos salões, entrando pelo Brasil inteiro. Melhor porta-voz, repetimos, não podiam encontrar os presos políticos da Espanha franquista. Marcos Ana, herói e companheiro de heróis, voltou o Brasil para esse campo de sofrimento e grandeza humana que é o seu País, transformado todo ele numa gigantesca e sinistra prisão.



A corrupção salazarista no Brasil inspirou o desenho que o jornal "Ultima Hora" publicou recentemente.

Pela amnistia e contra a repressão

Patriotas presos

LISBOA (Do Correspondente) — A vaga de repressão desencadeada pela PIDE em obediência a instruções do governo continua a abater-se pesadamente sobre os democratas portugueses. Os desastres da guerra colonial e o isolamento internacional do regime criaram entre a camarilha fascista um pânico que aumenta dia a dia trazendo-se pela onda de terror policial a que se assiste presentemente.

O ultimo comunicado sobre prisões dado a publico pela PIDE veio revelar que no Porto foram detidos os seguintes patriotas: Isidro Conceição Paula, de 41 anos, operario corticeiro; Carlos Loureiro de Carvalho, de 38 anos, locutor da Secção portuguesa da Radio Praga; Carlos Alberto Gouveia Santos, 21 anos; Ilidia Rosa Caeiro, de 32 anos; Dinis Fernandes Frade, de 34 anos; Antonio Joaquim Monteiro, de 31 anos; Artur Augusto Ferreira da Silva Saldanha, de 29 anos, agente tecnico de engenharia; Ramiro Moreira da Costa, de 50 anos, procutor agricola; e Manuel Gonçalves Porto Maia, de 53 anos.

Causou grande satisfação em todo o Pais o fato de os dois primeiros patriotas, ao ser assaltada a casa onde se encontravam, terem reagido, enfrentando os esbirros da PIDE com tanta energia e coragem que no decurso da luta travada abateram o agente João Peres Aguas, criminoso de longo e tenebroso historial.

Em liberdade Humberto Lopes

O povo português, na sua luta contra a repressão acaba, entretanto, de alcançar uma grande vitória com a libertação do dr. Humberto Lopes, advogado de grande prestigio ao qual "Portugal Democratico" se tem referido inumeras vezes para exaltar a sua firmeza de animo e denunciar as violencias e torturas a que foi insistentemente submetido.

Desde muito jovem, o dr. Humberto Lopes destacou-se nos tribunais portugueses pelas defesas de acusações de "crimes politicos". Em 1956, o governo, que há muito desejava encontrar um pretexto para fazê-lo condenar utilizou-se do mais absurdo e inconcebível de todos, acusando-o de "desenvolver actividades subversivas numa cadeia" onde aguardava julgamento. O escandalo foi tão grande que em pleno tribunal o advogado de defesa do dr. Humberto Lopes — Manuel João da Palma Carlos — foi preso quando pulverizava a grotesca acusação. O caso assumiu proporções ainda maiores com a cassação ao dr. Palma Carlos do direito de defesa em todos os tribunais portugueses. A reacção pronta da Ordem dos Advogados ceitou contudo, por terra a manobra do Tribunal Plenário.

A libertação do dr. Humberto Lopes constituiu, aliás, mais uma prova da eficacia da grande campanha nacional e internacional em favor dos presos e exilados politicos portugueses. Conjugadas, a pressão externa e a interna conduzem a vitórias como aquela que neste momento registramos jubilosamente.

Professor Gaspar Teixeira

Em todo o Brasil e em vários países europeus vem tomando amplitude a campanha pro-libertação do prof. Gaspar Teixeira, matematico a serviço da Companhia Portuguesa de Industrias Nucleares. Recordar-se, a proposito, que tendo sido preso já o ano passado, por motivos politicos, o prof. Gaspar Teixeira foi depois libertado pela

PIDE sequencia de uma onça de protestos internacionais, um dos quais foi assinado pelo prof. Darcy Ribeiro, actual chefe da Casa Civil da Presidencia da Republica do Brasil e ex-ministro da Educação.

Em Recife, a imprensa vem dando relevo especial ao acontecimento, tendo o prof. José Morgado da Costa recentemente a "Ultima Hora" uma entrevista em que protestando contra a nova prisão daquele democrata, agradeceu a série de reportagens dedicadas ao assunto por aquele jornal. "Portugal Democratico", associando-se à humanitária e justa campanha, lembra aos seus leitores a conveniencia de enviarem protestos às autoridades portuguesas e cartas de apoio moral à esposa do prof. Gaspar Teixeira. Av. João Crisóstomo 4, 5.º Lisboa.

Carta do Bispo de Southwark

LONDRES (Do Correspondente) — Ao agravamento da repressão em Portugal correspondeu em toda a Grã-Bretanha uma acentuada intensificação das actividades de denuncia dos crimes do fascismo português. Além das iniciativas do Comité Britânico para a Anistia coordenador dessa campanha, numerosas entidades tomaram publicamente posição contra as violencias policiais ultimamente verificadas em Portugal, sendo de destacar os protestos enviados à Ordem dos Médicos de Lisboa pela Socialist Medical Association e pela Medical Practitioner's Union, expressando a sua solidariedade aos 10 medicos portugueses detidos recentemente pela PIDE. Foram também divulgados na imprensa protestos contra a prisão do eng. Bianqui Teixeira e do dr. Duarte Furras torturado durante cinco dias e cinco noites; do editor Viriato Camilo responsável pela publicação da novela "Matai-vos uns aos Outros", de Jorge Reis; do prof. Gaspar Teixeira, do eng. Frederico Mira e do arquiteto Jorge Bruxelles. Foram ainda difundidos apelos em favor dos patriotas José Vitoriano, Manuel Rodrigues da Silva, Manuel Guedes, Pires Jorge e Maria Alda Nogueira.

De outro lado, a propósito de uma comunicação feita pela Embaixada Portuguesa em Londres ao Comité Britânico para a Anistia, redigida no habitual estilo hipocrita do Salazarismo, o bispo de Southwark, dr. Mervyn Stockwood, dirigiu ao embaixador de Salazar em Londres uma carta de que transcrevemos abaixo as principais passagens:

(...) "Não posso concordar que as opiniões expressas pelos patrocinadores da campanha não tenham fundamento. Elas são baseadas em fatos concretos e informações colhidas em Portugal, por pessoas que assistiram a julgamentos politicos e que realizaram um estudo objetivo do tratamento dado aos prisioneiros.

A petição que o Comité procurou apresentar é um apelo para que seja concedida a anistia e os seus signatários orientam-se pelo principio da defesa dos direitos humanos. Estes, em minha opinião, transcendem a jurisdição exclusiva de qualquer país.

Também não posso concordar com a afirmação de que a campanha se destina a difamar e caluniar Portugal. Pelo contrário, visa revelar a existencia de práticas que constituem uma nódoa no bom nome da Democracia Ocidental e da Civilização Cristã.

(...) — "Não pretendo discutir a lei portuguesa, mas desejo salientiar que essa lei foi infringida em inumeros casos, dos quais tenho pormenores, como a manutenção de prisioneiros em incomunicabilidade por períodos muito maiores que as 48 horas estipuladas pela lei, e a prisão, sem julgamento, por tempo consideravelmente mais longo do que o periodo de um ano fixado por lei.

São estas infrações, juntamente com a applicação de penas de prisão por tempo indeterminado, sob "Medidas de Segurança", a tortura de prisioneiros durante os interrogatórios e a recusa de cuidados

médicos adequados, que inspiram a presente campanha para assegurar uma anistia aos prisioneiros politicos portugueses.

Atenciosamente,
MERVYN SOUTHWARK"

Solidariedade da Italia

Em Italia continua a desenvolver-se a campanha de solidariedade aos trabalhadores de Portugal, Espanha e Grecia promovida pela Confederação Geral Italiana do Trabalho, a principal central da-quele país, constituída na base da unidade dos sindicatos comunistas e socialistas e que conta hoje mais de 3.500.000 filiados.

Numa das ultimas reuniões em que foi analisada a marcha da campanha, Silvano Levvero e Cucinello, respectivamente encarregado das relações internacionais e encarregado de propaganda da CGIL fizeram circunstanciadas exposições sobre o trabalho já realizado e aludiram às proximas iniciativas a levar a efeito. Entre estas contam-se: pressão junto das embaixadas e consulados; infor-



mes a enviar a organismos como o Mercado Comum Europeu, o Bureau Internacional do Trabalho, a FAO, etc.; promoção de contactos e manifestações; esforços para uma acção unitária ao nível europeu abrangendo contactos directos com sindicatos belgas e franceses; campanha em setembro contra o colonialismo; impressão e divulgação de material de propaganda.

A CGIL pede a todas as entidades que estejam em condições de lhe fornecer documentação de base sobre a situação economico social portuguesa e noticiário geral que não deixem de lhe enviar regularmente esse tipo de materia!.

União das Mulheres Portuguesas

Filiado ao movimento das mulheres democratas portuguesas, e com ligações estabelecidas no Uruguai, Buenos Aires, Mar del Plata, Rio, Recife, fundou-se recentemente em São Paulo uma sucursal da União das Mulheres Portuguesas.

A Presidente do grupo é a escritora Maria Archer. As reuniões da nova unidade de luta pela liberdade e a democracia são às 4.as-feiras, no Centro Republicano Português, e é animador verificar que dia a dia é maior o número de senhoras portuguesas que comparecem para aderir ao movimento.

A adesão está aberta a todas as senhoras portuguesas democratas, e às 4.as-feiras, pelas 20 horas, no Centro Republicano Português, rua Conselheiro Furtado, 191, pode ser feita a inscrição.

Saudamos calorosamente o novo elemento de combate ao fascismo e cumprimentamos as senhoras portuguesas que o iniciaram.

05 de Outubro em São Paulo

Como em anos anteriores, o Centro Republicano Português, com a colaboração de nosso jornal e de todos os democratas portugueses de São Paulo promoverá no próximo dia 5 de outubro nesta capital a comemoração do 53.º aniversário da implantação da República em Portugal. Entretanto, desta vez e refletindo a receptividade cada vez maior que a luta anti-fascista do povo português encontra junto da opinião pública brasileira, a soledade principal do programa não será o habitual jantar de confraternização, mas um grande ato público que se realizará no Teatro de Arte Israelita-Brasileiro, T.A.I.B. do Instituto Cultural Israelita-Brasileiro I.C.I.B. Da comissão patrocinadora das comemorações fazem parte altas personalidades da vida politica, cultural, estudantil, sindical e artistica do Brasil, entre os quais os srs. dr. Ja-

nio Quadros, dr. Pelopidas da Silveira, dr. Paulo Duarte, Sérgio Millet, prof. Soares Amora, Enio da Silveira, deputados Cid Franco, Luciano Lepera e Rocha Mendes, Pedro Iovine e o presidente da União Nacional de Estudantes, José Serra.

Para o interesse com que os mais diversos meios vem acompanhando a preparação do grande ato público muito contribuiu a série de grosseiros e violentos ataques que Salazar vem fazendo ao Brasil e ao seu governo. Reagindo contra essa atitude do velho ditador, os democratas brasileiros querem com a sua presença na solenidade comemorativa da implantação da República Portuguesa significar de modo claro a sua irrestrita solidariedade para com todos os que lutam pela libertação de Portugal e contra o fascismo colonialista de Salazar.

Dos Portugueses da America...

(Conclusão da 1.ª página)

na-se necessário que a consulta popular seja realizada sob precisas garantias de que a vontade popular será fielmente apurada e respeitada. Estas garantias só poderão ser definidas com exatidão, aliás, pelas forças politicas que lutam em Portugal pela Democracia e a possibilidade dessa exata definição a salvo da repressão policial é, precisamente, a primeira dessas mesmas garantias!

6. Os signatários, democratas portugueses emigrados na América, pensam que a consulta popular deve ser precedida e realizada sob as seguintes condições, que melhor serão enunciadas pelas forças democráticas do interior de Portugal, logo que forem ouvidas pelo governo sobre tal assunto:

a) definição do objeto e forma da consulta popular;

b) liberdade de reunião e de associação, sem necessidade de prévia autorização das autoridades para a promoção de comícios em recintos fechados e concessão aos democratas de facilidades identicas às do governo para a realização de concentrações em praças e lugares publicos;

c) liberdade de propaganda pela imprensa, rádio e televisão, com a suspensão da Censura à imprensa pelo periodo mínimo de um mês, necessário para a propaganda dos democratas, e garantindo-se a estes periodos identicos, nas emissoras oficiais, aos utilizados pelo governo;

d) concessão de uma geral anistia politica a todos os presos politicos e exilados, a fim de os mesmos participarem em Portugal na campanha politica;

e) possibilidade de efetiva fiscalização pelos democratas de todos os trabalhos de recenseamento, votação e apuramento;

f) autorização prévia para que observadores das Nações Unidas indicados pelo seu Secretariado possam acompanhar in loco o desenvolvimento da campanha e do apuramento dos seus resultados;

g) solene compromisso do governo de que nenhum cidadão será posteriormente perseguido por defender a autodeterminação das atuais colonias.

7. Os signatários solicitam, pois, à opinião pública, aos parlamentos e aos governos deste Continente que tomando em consideração a ameaça que a politica colonialista de Salazar significa para a Paz no continente africano, insistam junto do governo português no sentido de este cumprir a sua recente promessa de uma consulta popular a respeito da questão colonial, satisfazendo as exigencias mínimas da honestidade dessa consulta, pois que, de contrario, qualquer "ato solene e público" organizado por Salazar não passará de uma completa farsa destinada, embora em vão, a confundir a opinião pública mundial.

Assinam o documento:

GENERAL HUMBERTO DEIGADO, ex-candidato à presidencia da República.

PROF. RUY LUIS GOMES, ex-candidato à presidencia da República.

Pelo JORNAL PORTUGAL DEMOCRATICO

Antonio Bidarra da Fonseca
Augusto Aragão
Manuel Sertório
Miguel Urbano Rodrigues

Pela UNIDADE DEMOCRATICA PORTUGUESA

Abílio Rodrigues da Silva
Alexandre Antunes Pereira
Alexandre Leal Dias
Antonio Ricca Gonçalves
Carlos Cruz
Helder Costa
Jacinto Rodrigues da Silva
Joaquim Quitério
João Manoel Tito de Moraes
Lenine de Jesus Alexandre
Luciáo Souza
Manuel Soares
Severino Garcia

Pelo MOVIMENTO NACIONAL INDEPENDENTE

Coronel Francisco de Oliveira Pio

Pela UNIAO DAS MULHERES PORTUGUESAS DO BRASIL

Maria Archer

Pelo CENTRO REPUBLICANO PORTUGUES

Armando Pinheiro de Castro
Fernando da Silva Ramos
Joaquim Lemos Figueiredo
Manuel Ferreira Moura

Pelo GRUPO DE PORTUGUESES DEMOCRATAS DE RECIFE

Prof. José Morgado
Manuel Luís Fernandes
Angelo Ferreira da Silva

Pelos DEMOCRATAS PORTUGUESES DA ARGENTINA

Prof. Antonio Aniceto Monteiro

Pela JUNTA PATRIOTICA PORTUGUESA DO URUGUAI

Maria Luiza da Silva Neves
Maria Júlia Bastos

PEQUENAS NOTICIAS

— Para dizimar mais facilmente as populações das aldeias da Guiné já libertadas pelos nacionalistas, o governo daquela colonia dispõe agora em Bissau de dois helicópteros.

— Por ter perdido a quase totalidade da colheita de arroz em favor dos nacionalistas do PAIGC, o governo da Guiné importou cerca de 4 mil toneladas daquele cereal dos Estados Unidos.

— O arquiduque Otão de Habsburgo, rei sem trono, vai escrever para uma cadeia de jornais americanos, uma reportagem sobre a vida na Guiné Portuguesa...

— O estado maior do Exército Português de Angola anuncia que durante o mês de julho foi intensa a atividade militar no norte da colonia, especialmente na região dos Dembos e do rio Mbridge.

PORTUGAL
DEMOCRATICO

Colonialismo e Anticolonialismo

Num dos primeiros dias deste mês, o vice-almirante Tomás fará uma nova visita a Angola, para assim incutir nos colonos um falso sentimento de segurança. O velho vice (vice-almirante e vice-presidente da República...), bem escoltado no mar pela marinha de guerra e melhor escoltado em terra pela PIDE local e metropolitana, não conseguirá, todavia, nem fugitar as nuvens que escurecem o horizonte colonialista nem, menos ainda, transformar o curso, que é irreversível, da marcha dos povos das colônias portuguesas para a sua independência.

OS PAISES AFRICANOS CONTRA SALAZAR

Em resultado da aplicação (que o ministro Franco Nogueira julgava improvável...) das importantes decisões tomadas na recente Conferência de Addis Abeba, romperam recentemente as suas relações diplomáticas com Portugal, além de outros Estados Africanos que o haviam feito antes, a Tunísia e Madagascar. Por outro lado, o governo etíope fechou já os seus portos e aerodromos aos navios e aviões portugueses, tendo também determinado a interrupção do comércio externo e das relações bancárias com Portugal.

SOLIDARIEDADE BRITANICA

O "NEW STATESMAN" de 7-6-63 publicou uma carta do Council For Freedom in Portugal and Colonies, assinada pelo deputado Anthony Wedgwood Benn, David Ennals, Dorothy Woodman, Basil Davidson e Eric Blakebrogh, solicitando o apoio do importante semanário para o trabalho do Council de denúncia das últimas violências policiais e judiciárias contra os democratas portugueses, especialmente no que respeita à prisão e julgamento do líder estudantil José Bernardino. O Gen. Humberto Delgado apressou-se a agradecer ao Council mais esta iniciativa contra a repressão em Portugal.

A OAS SALAZARISTA

Alguns democratas portugueses receberam nas últimas semanas uma carta circular de uma organi-

zação terrorista ultra-salazarista, que a si própria se chama de Os Centuriões, ameaçando-os de morte se persistirem na sua oposição à política colonialista do governo. Os centuriões são, a acreditar no que eles próprios dizem, membros das tropas colonialistas expedicionárias em Angola, Guiné e Moçambique, regressados a Portugal. Trata-se, como um dos nossos colaboradores dizia já numa edição de meses atrás do nosso jornal, da OAS portuguesa, destinada a completar a ação da PIDE por meios mais energéticos ainda do que os empregados por esta.

Não serão, porém, ameaças deste género, mesmo que levadas a efeito, que farão recuar os democratas portugueses na sua luta pela Paz nas colônias e pela Democracia em Portugal.

PORTUGAL MAIS UMA VEZ EXPULSO

Os delegados do governo português foram expulsos de mais uma reunião internacional. Desta vez, a expulsão ocorreu numa das primeiras sessões do Congresso Mundial de Turismo, realizado em Roma nos últimos dias do passado mês de agosto.

Por este andar, serão poucas ou nenhuma as organizações e reuniões internacionais em que o governo do ditador terá, dentro em pouco oportunidade de fazer ouvir a sua voz. Este é o grande prestígio internacional de Salazar e do seu governo...

Negros e brancos unem-se contra Salazar

A grande imprensa britânica tem dado uma atenção crescente à luta do povo português pela libertação nacional e à dos povos das colônias portuguesas pela autodeterminação e independência. No dia 6 de agosto p.p., o influente diário "The Guardian" publicou, na 1.ª página, sob o título em epígrafe, uma longa reportagem do jornalista Patrick Keatley na qual nota o irreprimível ascenso dos povos coloniais para a independência e co-

Militares mortos nas colônias

Segundo as ultimas listas publicadas pelo Serviço de Informação das Forças Armadas de Salazar pereceram em combate ou vítimas de acidentes na Guiné e em Angola os seguintes militares portugueses: Manuel Ribeiro Palhoça, soldado; António Teixeira Bernardo, 2.º sargento; António Lembrança Abelho, soldado; Joaquim Manuel Pinto Araujo, soldado; António Augusto Esteves de Magalhães, 1.º cabo; Armando Bastos Mendes, alferes; José Isidro Marques, soldado; Alberto dos Santos Monteiro, soldado; José Francisco Magrinho, 1.º cabo; Alexandre de Oliveira Couto, soldado; Carlos José de Moura Borges, capitão; Fernando dos Santos Borges, 1.º cabo; João Claudio Fernandes, soldado; José Rosa Camacho, soldado; Diamantino de Magalhães Pereira, 1.º cabo; José Carmo Cunha, soldado; Manuel Fernandes Carvalho; Carlos Eduardo Afonso de Azevedo, tenente; José Rato Casaleiro, soldado; Alfelino Pereira Rodrigues, soldado; Raul da Conceição Severino, furiel; Eduardo Casals, furiel; Casimiro Ferreira Neto, soldado; António Moreira Pinto, soldado; Rui Ribeiro Cabela, 1.º cabo; Adriano Martins Fernandes, soldado; António Marques Faria, alferes; Fernando Marques Pinto, 1.º cabo; Alberto Almeida Fernandes, soldado; António Gonçalves Brites, soldado; João Nunes Redondo, furiel; Serafim Francisco Ribeiro, soldado; João Freitas Esteves, soldado e Virgílio Ferreira, soldado.

menta a notícia de uma possível próxima visita do Gen. Humberto Delgado aos países independentes do continente africano. A reportagem de The Guardian termina com uma entrevista concedida ao jornalista pelo nosso correligionário Antonio de Figueiredo, exilado político em Londres, onde tem prestado apreciáveis serviços à causa da Oposição, especialmente junto da imprensa londrina.

Transcrevemos em seguida algumas passagens da referida reportagem: "Até agora os movimentos nacionalistas dos líderes políticos africanos de Angola e dos demais territórios portugueses eram de opinião de que uma mudança de regime em Lisboa influiria muito superficialmente na política ultramarina. A decisão do general Delgado de empreender a viagem a Dar-es-Salaan é essencialmente significativa por três motivos:

- 1 - Dar-es-Salaan é a capital do dr. Nyerere, o qual mesmo nos tempos coloniais liderou o movimento pan-africano de libertação;
- 2 - Essa cidade partilhou com Leopoldville no Congo a tarefa de organizar um quartel de exílio para os africanos, mulatos e europeus foragidos de Angola e Moçambique;
- 3 - As decisões da Conferência de Addis-Abeba no sentido da organização de um comité coordenador para a Africa do Sul constituído por nove países levaram ao estabelecimento de uma secretaria permanente na capital do Tanganika.

(...) O sr. Figueiredo, de 34 anos, saíu de Moçambique há 4 anos e considera ainda hoje esse território como a sua pátria, embora seja de origem europeia. Escreveu um livro sobre as suas experiências e está agora compilando um estudo político sobre o colonialismo português. Declarou ao "Guardian": "Cabe a um futuro governo democrático de Portugal eliminar a sua herança colonialista de erros e prepotências. O conjunto das pressões internas e externas do regime do dr. Salazar indica seguramente que há muito ele se está aproximando do fim. (...) "Os nacionalistas africanos são os nossos aliados naturais na luta pela democracia portuguesa. Receberemos bem toda a iniciativa que pressione o regime do dr. Salazar. E a existência desse regime o unico entrave a uma solução pacífica. A viagem do general Delgado para a Africa deve iniciar-se pela Argélia e abranger quatro ou cinco países, terminando no Tanganika".

RAUL CIRIACO DA CUNHA

SALAZAR NA IMPRENSA MUNDIAL

NOS BASTIDORES DO CONSELHO DE SEGURANÇA...

"As tentativas de ultima hora empreendidas pelo Conselho de Segurança para impedir a resolução contra o Governo Português em Africa podem adquirir uma significação extraordinária. As emendas propostas feitas em nome da Venezuela talvez não representem o pensamento dos Estados Unidos e da Inglaterra com os primeiros a liderar as articulações.

Portugal, na realidade, aliado de ambos na OTAN é militarmente pouco importante mas, do ponto de vista estrategico é altamente util para ambos em virtude da sua situação e da posse dos Açores, ponto chave para a aviação americana. Tudo isso pesa sem dúvida para os governos ocidentais. Atendendo a esse fato a política africana daqueles países pode tomar um rumo duvidoso. A explicação para estas novas diligencias não é ainda conhecida. Por outro lado a imprensa americana sustenta cada vez mais que os territorios portugueses não estão na realidade ainda preparados para a independência que poderia criar neles um novo Congo".

De "The Star", de Joanesburgo, 31-7-63

A SOLIDARIEDADE DA UIE

"A União Internacional de Estudantes manifestou a sua solidariedade para com os estudantes que vão ser julgados em Lisboa. Num telegrama dirigido ao tribunal, solicitou a imediata libertação desses estudantes e o reconhecimento de liberdades democraticas aos estudantes portugueses.

Em outro telegrama, enviado ao presidente Salazar, ditador de Portugal, a União Internacional de Estudantes protestou energicamente contra a criminosa repressão fascista que está sendo levada a cabo contra os estudantes e o povo de Moçambique e exigiu que cesse o dominio português sobre os países que permanecem sob o seu jugo sendo concedida aos mesmos imediata independência".

(Boletim da UIE, N.º 9, 1963)

GUINÉ PORTUGUESA

"As caixas provenientes da Argélia tinham o rotulo de "sard"

Monarquicos portugueses contra Salazar

A Liga Monárquica Independente, que é um órgão de ação coordenadora das Oposições Monárquicas Portuguesas, defende o direito da Duquesa Dona Maria Pia de Saxe-Coburgo, filha do rei D. Carlos, à sucessão ao trono de Portugal. Em 9 de agosto p.p., realizou a Liga uma importante reunião em Cannes (França), tendo o secretário-geral, D. João de Cabedo, Marques de Serra Gracê, enviado no dia seguinte um officio ao Gen. Humberto Delgado, no qual declarou:

"Tenho a satisfação de comunicar, também, a V. Excia. que foi estudada e aprovada uma remodelação nos Estatutos da Liga Monárquica Independente no sentido de torná-la compatível, ao máximo, com os ideais que V. Excia., com tanto patriotismo e fervor, defende".

Assim, a Oposição unitária ao governo de Salazar abrange, além da grande massa dos sem-partido, socialistas, republicanos, católicos, comunistas e monárquicos.

LEIA

- ◆ A RESISTÊNCIA EM PORTUGAL
Cronicas de autoria de José Dias Coelho, patriota assassinado pela PIDE
- ◆ "BRASIL FRONTEIRA DA AFRICA"
de Maria Archer
- ◆ GUERRA EM ANGOLA
de Mário Moutinho de Pádua
(Pedidos à Redação)

nhas enlatadas". Mas dentro havia algo que não era peixe. As caixas continham armas em quantidade para os rebeldes da Guiné Portuguesa. Hoje, armamentos com espingardas russas, alemães e italianas e metralhadoras checas e minas e granadas, esses rebeldes estão solapando o moral e o prestígio de Portugal. Um terreno excepcionalmente difícil, com numerosos rios, canais e florestas, a Guiné Portuguesa é ideal para a guerrilha. Quando os portugueses não caem nas emboscadas dos rebeldes são detidos pela vegetação. A semana passada tocou o Sul da Guiné caiu nas mãos dos rebeldes e Portugal, embora reconhecendo o fato, passou a bombardear desesperada e sistematicamente todas as aldeias dessa zona. Segundo Luis Cabral, irmão de Amílcar Cabral, lider do movimento nacionalista do PAIGC, "tudo o comercio e as atividades administrativas pararam no sul da Guiné Portuguesa".

(Newschek, 2-8-63)

PORTUGAL
DEMOCRATICO

DIRETOR RESPONSÁVEL
Otávio Martins de Moura

SUCURSAL

RIO DE JANEIRO: Praça 11 de Junho, 356 - Telefone: 43-5110

REPRESENTANTES

RECIFE: Manuel Luis Fernandes e Angelo Ferreira da Silva - Av. Dantas Barreto, 564 - 9.º sala 908

CURITIBA - A. Ferrer - Rua João Pessoa - 67

LONDRINA: Julio Duarte - Caixa Postal 1.229

FORTALEZA: Dr. Carlos d'Almeida Av. Visconde de Caupe, 2.853 Fortaleza - Ceará

PORTO ALEGRE: Carlos Noronha Feio R. Dr Floris - 96 Rio Grande do Sul

PELOTAS: Heitor M. Bandeira - Rua 7 de Setembro 312 - Pelotas Rio Grande do Sul

SALVADOR: Américo Carvalho - Av. Sete, nº 1 - Edifício Sulacap, 215 - Salvador (Bahia).

INGLATERRA: Grupo de Portugueses Democratas da Inglaterra (GPDI) 4, Sherwood Gardens, Barking, Essex.

CANADÁ: Portuguese Canadian Democratic Association - 47 Barrymore Road - Scarborough - Ontário - Canadá

VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa - Apartado 8287 - Caracas

ARGENTINA - Manuel Lopes - Benito Perez Galdos, 222 - Buenos Aires

URUGUAI - Junta Patriótica Portuguesa del Uruguay Casilla de Correo, n.º 2.128 Distrito 5 - Montevideo

CHECOSLOVAQUIA: João Ribeiro - Postovní Urada - Jindriská, 15 - Schránk 646 - Praha -

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 - Sala 2 - Caixa Postal 4.469 - Tel.: 37-0933 - São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
Numero avulso: Cr\$ 20,00
Assinatura anual: Cr\$ 600,00
Ass. p/ o Exterior: US \$ 5,00
porte aéreo

Ano VIII - N.º 75 - Set. - 63

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.

TRIBUNA DO LEITOR

26 DE AGOSTO DE 1963

As seis horas do dia, dois grupos organizados e chefiados um, pelo sargento da Marinha de Guerra Severo dos Santos e outro pelo sargento cadete Raul Ciriaco da Cunha, cumpriram suas missões assaltando o primeiro, o Regimento de Artilharia n.º 3 e o segundo, o Batalhão de Metralhadoras Pesadas n.º 1, unidades chaves da chamada Brigada de Ferro, que sustentava a ditadura salazarista. A terceira unidade desta Brigada era o Regimento de Caçadores n.º 5, que não foi revoltado por terem na véspera - elementos da oposição - induzido o oficial que o deveria ter feito, a assim não proceder. Omite os nomes ainda, para não dar indicações aos adversários.

Como sempre apareceram na Rotunda elementos civis e militares, que por ideal vieram dar seu concurso à Revolução, sem se preocuparem com a orientação política-revolucionária que esta porventura tivesse.

Foi esta revolução, depois do 3 e 7 de Fevereiro em 1927, aquela que mais condições teve para acabar com a Ditadura, mas a circunstância de nela estarem muitos elementos novos, sem passado político e sem receio das consequências que o período revolucionário acarretasse, deu motivo a que contra ordens fossem dadas, dando ensejo a que os covardes e os mais indecisos se não manifestassem, deixando-nos sem condições de resistência.

Como resultado, além dos que como eu, já andavam fugidos, muitos foram presos e enviados para um campo de concentração em Timór. Estou vendo no entanto o digno Professor da Escola de Guerra, Tenente coronel Ultra Machado na sua função de chefe da revolu-

ção já que seus colegas do Comité Revolucionário, não quiseram acompanhá-lo; continuo a omitir nomes, esperando o momento de que justiça se lhes faça!...

Para a Artilharia foram designados dois oficiais da arma, os tenentes Pires de Carvalho e Miguel de Abreu, que combatentes da Guerra de Flandres, exerciam então as suas carreiras de advogados. Cumpriram bem suas missões, colocando-se acima de divisões políticas, que sempre enfraquecem a oposição à ditadura.

Em Metralhadoras compareceu o capitão Jaime Batista, já bastante doente e fugido, que quis provar o seu temperamento combativo e talvez redimir então um erro do passado, pois vinha comandar em Revolução a sua antiga unidade que em 7 de Fevereiro de 1927, também comandou, mas contra os revolucionários do 7 de Fevereiro!...

Episódios para a história da libertação Nacional e em que não posso deixar de consagrar o dia 26 de Agosto de 1931 e principalmente estes quatro homens que bem cumpriram suas missões.

Pela minha parte, além da homenagem que a todos presto como falecidos, tenho a oportunidade de afirmar a minha inquebrantável fé na vitória final e declarar-me senão igual, como ainda mais intransigente que no passado, pela luta revolucionária que libertará Portugal dos traidores que dele se apossaram.

A hora está chegando e todos aqueles que tenham a missão dolorosa da Administração do País o façam com a clareza que uma justiça social por si só lhes dará; para que possam levar a Nação à dignidade e que a imponha ao respeito Mundial.

Janio Quadros Fala Sobre Desmascarada Rede de o Problema Colonial Corrupção Salazarista

A atitude do Brasil com referência ao problema colonial português foi posta, mais uma vez, na ordem do dia com o recente voto da delegação brasileira no Conselho de Segurança das N.U. Desmentindo a tese de Salazar de que o governo brasileiro se encontraria isolado do seu povo e das outras correntes políticas nacionais, o ex-presidente Janio Quadros deu ao nosso jornal a entrevista que a seguir publicamos:

P — Após o recente debate do Conselho de Segurança sobre a questão colonial portuguesa V. Exa. foi acusado pela imprensa de Lisboa de ser o grande responsável pelos rumos da atual política internacional do Brasil e, de modo particular, pela orientação que o Itamarati vem seguindo em relação aos problemas africanos.

Que se ofereça a V. Exa. dizer a respeito?

R — Deve, em primeiro lugar, esclarecer que foi com orgulho que tomei conhecimento do voto do Brasil na histórica sessão do Conselho de Segurança, de 31 de Julho p.p. Não foi certamente por cortezia que os delegados africanos declararam ao nosso representante que a África considerava mais importante, no caso em discussão o pronunciamento do nosso País do que o dos Estados Unidos, da Inglaterra e da França, potências que, economicamente, politicamente, continuam a dominar o Continente Negro.

Votando a favor do projeto afroasiático (modificado pela emenda venezuelana) que pedia a autodeterminação para as colônias portuguesas, o Brasil não só exprimiu corretamente os sentimentos da sua população, no mais alto organismo das Nações Unidas como prestou, ainda, um serviço ao povo português, que não é colonialista.

Quando às críticas da imprensa de Lisboa, só me honram. Se um homem, como o Dr. Salazar, me acusa de haver procurado, durante o meu breve mandato, um novo sentido de independência às relações do Brasil com o mundo, só posso tomar a acusação como homenagem. Cumpre-me, entretanto, esclarecer que não li os jornais portugueses em questão. Mas algum mérito teve, certamente, o meu interesse pelo destino da África, para que eu me torne, hoje, alvo das diatribes da imprensa de um catador que, insensível à condenação universal, prossegue numa criminosa campanha de genocídio e se declara inimigo irreductível da democracia representativa.

P — Como V. Exa. não ignora a unidade está longe de ser perfeita entre os movimentos nacionalistas das colônias portuguesas. Mantem V. Exa. contatos com representantes de alguns desses movimentos?

R — Para toda a Nação que se forma, o caminho da independência é longo e aspero, eu diria mesmo doloroso. Em África, quase sempre a criação do Estado tem precedido a da Nação, até porque as nacionalidades, durante o período colonial, foram de tal maneira esmagadas e destroçadas que apenas sob a égide do Estado — por via de regra multinacional — elas se podem reestruturar. Angola, Moçambique e a Guiné portuguesa não escapam à regra. Milagre seria que existisse uma unidade entre os movimentos nacionalistas que lutam pela independência. Pelo que me diz respeito, não faço distinções. Qualquer patriota das colônias portuguesas — exatamente como qualquer democrata português — encontra em mim um amigo. Sei que na Guiné está prestes a desmoronar-se o sistema colonial e que o movimento vitorioso, o PAIGC, é de tendências esquerdistas, como o da vizinha Guiné de Sekou Touré. Pois bem: só desejo que aquele país irmão alcance, quanto antes, a sua independência! Mas não desejo menos que os dirigentes do chamado Governo Provisório de Angola — acusados pelos adversários e reacionários e de estarem a serviço dos imperialistas — obtenham, quanto antes, a autodeterminação para Angola. O que me interessa em todos esses partidos e movimentos não é a sua ideologia, mas a justiça da causa que encarnam, na medida em que todos lutam pela liberdade e pela dignidade humanas contra um colonialismo alicerçado numa concepção medieval das relações entre homens e sociedades.

P — Certos elementos ultra portugueses e brasileiros, têm acusa-

do o Brasil de querer substituir Portugal em África.

Que pensa V. Exa a respeito?

R — Quando o povo me elevou à Presidência da República foi minha preocupação constante imprimir dignidade a todos os nossos contatos com outros países, particularmente com os mais poderosos. No plano econômico, como no da política e no da cultura, os povos podem e devem entender-se sem vassalagens e sem imposições de qualquer tipo. Entretanto fui acusado de comunista quando defendi a autodeterminação de Cuba e restabeleci as relações diplomáticas com vários países socialistas; e fui acusado de agente do imperialismo norte-americano ao recusar a tomar no plano interno medidas que eram contrárias ao interesse nacional.

Um homem como eu que renunciei à Presidência quando, por força de uma engrenagem implacável, se viu sem condições para ser com a Autoridade indispensável o intérprete da vontade popular, não poderia jamais desejar que um neo-colonialismo brasileiro substituisse em África o colonialismo fascista de Salazar. Aliás, independentemente da minha posição, nem o Brasil tem condições para participar da nova corrida pelo domínio da África nem a sua vocação é essa. O neo-colonialismo, embora não apresente os aspectos de degradante aviltamento do homem que marcam o colonialismo, não deixa de ser uma forma de espolição imperialista. A realidade, para nós brasileiros, é outra. A África Portuguesa precisa de nós, e nós não podemos furtar-nos ao desafio que nos lança a História. No mapa do Continente fronteiriço surgiram três nações cujo idioma de diálogo com a Humanidade é o nosso. Angola, Moçambique e a Guiné não estão no caso de outros países africanos que podem importar mestres e técnicos e inglês são línguas universais de qualquer outro país, pois o framente faladas. A nossa primeira missão, amanhã, será enviar-lhes livros, agrônomo, veterinários, engenheiros, técnicos de toda a espécie. E, pergunto, haverá para o Brasil, no plano internacional, tarefa mais nobre e que mais contribua para o seu prestígio no chamado mundo dos subdesenvolvidos? A África nos chama, abrindo-nos a porta da solidariedade e da fraternidade. Não podemos permanecer surdos a esse apelo!

P — Nos recentes comícios organizados em Portugal e nas Colônias pelo Governo de Salazar foram dirigidas, com insistência, injúrias ao governo brasileiro.

Crê V. Exa. que Salazar visa a algum objetivo particular?

R — Devo confessar que me surpreendeu o silêncio das nossas autoridades. A conduta do governo brasileiro diante do problema colonial é inatacável na medida em que exprime, como já disse, o sentimento popular. Salazar que, como todo o ditador se deixa guiar por um pragmatismo empírico, habituou-se a fazer durante longos anos com o Brasil um jogo de habilidades, ameaças e suborno que era, invariavelmente, bem sucedido. E ainda não compreende que desde 1961, essa política deixou de funcionar. As críticas do discurso do dia 12 de Agosto e dos últimos comícios são uma insistência na velha tática. Desconheço o fundamento de notícia recentemente publicada em "Última Hora" sobre a existência de um poderoso "lobby" salazarista de corrupção que funcionaria entre nós, dependendo de verbas fabulosas. Mas sei que se contam por dezenas de deputados, vereadores, jornalistas, escritores e políticos que todos os meses são convidados a visitar as colônias lusas e de lá voltam com o recado na ponta da língua ou da caneta... As extremas direitas trabalham sincronizadas. Ocorre-me que nos Estados Unidos uma comissão parlamentar de inquérito investiga, presentemente, as actividades de "lobby" português; de outro lado, segundo a imprensa

norte-americana, Washington acaba de substituir o seu embaixador em Lisboa por considerar que o mesmo se havia transformado, com o tempo, em dócil instrumento da política colonial de Salazar. Esses fatos não passaram, certamente, despercebidos ao governo federal.

O Assalto ao Quartel de Beja

Foi há pouco entregue ao tribunal plenário de Lisboa o processo instruído pela PIDE contra os democratas que realizaram o assalto ao quartel de Beja, amplamente noticiado por toda a imprensa mundial, o qual ocorreu na última noite do ano de 1961.

A acusação refere que o plano revolucionário constava da ocupação de uma área do território nacional "com o fim de permitir o desembarque do ex-general Humberto Delgado em qualquer ponto ocupado pelos revolucionários, dentro de 24 horas depois da eclosão do movimento, a fim de assumir o comando deste e promover o levantamento da população civil, levando esta à adesão".

Estão incriminados, como réus, no processo 87 democratas: o Gen. Humberto Delgado, que naquela ocasião entrou clandestinamente em Portugal, o cap. Varela Gomes, Manuel Serra, Dr. Piteira Santos, etc. A lista dos acusados abrange 8 oficiais das Forças Armadas, um sacerdote, 7 diplomatas com cursos superiores, 8 empregados no comércio e 40 operários. A diversidade de profissões e de credos políticos dos arguidos traduz o ambiente de geral oposição do povo ao fascismo salazarista e a unificação das forças políticas que lutam em Portugal pela Democracia.

AINDA O CASO DOS ASILADOS

No processo instruído pela PIDE aos participantes no assalto ao quartel de Beja, foram incriminados 4 dos 13 asilados portugueses atualmente confiados a guarda da embaixada do Brasil em Lisboa. Com base na estranha doutrina do governo de Salazar de que quem estiver sendo perseguido pelas autoridades políticas portuguesas não poderá, sob forma nenhuma, subtrair-se a essa perseguição mediante a saída do país meios portugueses ligados a embaixada brasileira informam que os nove asilados não incriminados perante o tribunal político virão em breve para o Brasil, embora sem lhes ser reconhecida a qualidade de asilados, permanecendo os outros 4 na embaixada, num asilo "com tendência para a permanência", na frase gongórica do próprio embaixador brasileiro.

O General Delgado Escreve ao Presidente João Goulart

Em carta dirigida ao presidente João Goulart, o General Humberto Delgado manifestou a sua satisfação relativamente à posição assumida pelo Brasil na ONU em face do problema colonial e lembrou mais uma vez o caso dos asilados portugueses na Embaixada do Brasil em Lisboa pedindo solução para o mesmo. Denunciou ainda o General as condições estranhas que cercaram a morte, recentemente ocorrida nos cárceres da PIDE, do tenente coronel Lucio da Cunha Serra.

O governo de Salazar nunca descurou a sua propaganda no exterior, consagrando-lhe somas fabulosas. Com o seu crescente isolamento internacional viu-se, porém, forçado a adotar novas táticas e a multiplicar os "investimentos" nesse setor. Vão longe os tempos de Antóquio Ferro em que o turismo, o fado e a "cultura" eram os veículos da propaganda fascista. Hoje, poderosas organizações internacionais, especializadas nesse tipo de atividades, cobram milhões de dólares para tentarem — aliás inutilmente — fazer aceitar pelas respectivas opiniões públicas regimes como o fascismo salazarista, mudando-lhe a face.

A corrupção financiada pelo governo salazarista acaba, felizmente, de ser agora desmascarada em dois países onde ela se vem exercendo com particular intensidade: o Brasil e os Estados Unidos. Em artigo intitulado "Salazar tem o braço longo", o conhecido jornalista brasileiro Davi Barreto denunciou nos termos que se seguem, a campanha salazarista nos EUA:

O Senado norte-americano concluiu uma ampla investigação sobre a corrupção financiada pelo governo salazarista, através de uma comissão de inquérito presidida pelo senador J. W. Fulbright. Os fatos revelados dão bem uma idéia da extensão do atual governo português, não só nas colônias, mas também em outros países, para tentar provar que os povos das "províncias ultramarinas" vivem no melhor dos mundos... O inquérito foi possível nos Estados Unidos, desde que ali inexistem os "tradicionais laços de amizade" com Portugal e nem a colônia portuguesa possui força econômica e eleitoral como em nosso País. Apurou-se inicialmente que a firma Salvage & Lee assinou um contrato de meio milhão de dólares com as Companhias Ultramarinas de Portugal, representando um grupo de interesses portugueses que operam em Angola e Moçambique. Provou a investigação que aquela firma criou um comitê luso-americano para fazer o "lobby" (advocacia administrativa) dos interesses coloniais portugueses e que contava com apoio de deputados. O "lobby" investigado é, entretanto, apenas uma parte da máquina montada pelo governo português, observando-se nos Estados Unidos uma crescente campanha de propaganda favorável à política colonial portuguesa. Saliente-se que, ainda recentemente, toda a imprensa noticiava com destaque o encaminhamento na ONU das questões relativas a Portugal, sustentando posição contrária à manutenção das suas colônias na África e Ásia, notando-se agora um silêncio quase total a respeito do assunto ou apoio à política salazarista. Intensa atividade editorial foi igualmente observada, com livros em inglês e francês, fazendo a apologia do sistema colonial português, toda ela financiada pelo governo de Salazar. É semelhante no Brasil a campanha de propaganda portuguesa, com jornalistas e políticos convidados a visitar Portugal e suas colônias, os quais procurando agradar o governo de Salazar chegaram até a inventar realizações... Aliás, uma nova caravana de parlamentares paulistas está sendo organizada para visitar Angola em fins de setembro.

O ITAMARATI INVESTIGA

De outro lado, na sua edição de 13 de agosto, o jornal paulista "Última Hora" denunciava a existência de uma rede de corrupção salazarista no Brasil cujas atividades estariam preocupando as autoridades federais. Pelo seu interesse transcrevemos abaixo alguns trechos de reportagem consagrada ao assunto:

Está preocupado o Itamarati, com a campanha que se faz contra o governo federal no Setor de Política Externa, campanha sem cuvida alguma, financiada por governos estrangeiros. Trata-se do caso de Portugal, especificamente, pois embora não seja possível obter provas irrefutáveis sobre a vinda de dinheiro de Salazar para financiar a campanha, não se tem dúvida de que está havendo um derrame considerável junto a certos órgãos de imprensa no sentido de defender posição favorável aos pontos de vista de Portugal, chegan-

do mesmo ao ponto de atacar as posições que o Brasil toma a respeito das colônias na África e Ásia. (...)

O último voto do Brasil na ONU, no caso de Portugal, sofreu violenta campanha em certas ocasiões com termos até mesmo desprimorosos aos diplomatas que trataram diretamente do assunto, e a campanha parece que vai continuar com ênfase maior, numa preparação da opinião pública para a próxima Assembléia Geral da ONU, quando as sanções a Portugal, deverão ser muito mais fortes que as anteriores esperando-se que o Brasil tome também uma posição mais marcante a respeito.

Admite-se em certos círculos do Itamarati, que a campanha financiada por Portugal contra o governo brasileiro é muito mais grave que a própria atividade do IBAD, já que se trata de intervenção direta de país estrangeiro em assuntos da competência exclusiva do Brasil. O assunto, ao que se comenta está sendo estudado no Itamarati, sendo provável que o Conselho de Segurança Nacional seja chamado a levantar a maneira como está sendo feita a campanha. Mesmo que o fato não venha a se caracterizar claramente, impedindo portanto, que oficialmente sejam tomadas providências, é de importância fundamental para o governo, identificar todos os pormenores da questão.

MANIFESTA-SE A UDP

Ao tomar conhecimento da reportagem de "Última Hora", a Comissão Executiva da Unidade Democrática Portuguesa telegrafou ao ministro das Relações Exteriores, solicitando-se com o repúdio do povo brasileiro às manobras de corrupção empreendidas pelo salazarismo no seu País.

Anti-Salazaristas Apoiam o Brasil

Logo que se tornou conhecido o voto do Brasil nas N.U., os democratas portugueses do Recife enviaram ao presidente da República o seguinte telegrama:

"Cidadãos portugueses Recife saúdam calorosamente Vossa Excelência e manifestam reconhecimento posição categórica Brasil Conselho de Segurança condenando política salazarista e defendendo auto-determinação dos povos africanos PT Atitude Brasil fortalece laços de amizade povo português povo brasileiro e abre largas perspectivas libertação povo português.

Ruy Luís Gomes, ex-Candidato à Presidência da República e Professor da Universidade do Recife; José Morgado, Professor da Universidade do Recife; Antonio Brotas, Professor da Universidade do Recife; Manuel Fernandes, Comerciante; Angelo Ferreira, Comerciante; Joaquim Martins, Engenheiro; Humberto Teixeira, Comerciante; Irene Fernandes, Comerciante.

Os democratas de São Paulo e do Rio associaram-se prontamente a este telegrama, ajudando, assim, a cimentar a verdadeira comunidade luso-brasileira, que, ao contrário do que pretende Salazar, só poderá cimentar-se sobre a liberdade dos povos de língua portuguesa.

PORTUGAL DEMOCRÁTICO
R. Com. Furtado, 191, CP. 4400 — SP. Brasil
Endereços de Assilados